



PRIMEIRA POLÍTICA DE ACERVOS

MUSEU TRANSGÊRENO DE HISTÓRIA E ARTE

MUTHA

2024 @ 2029

Realização

Purpurina
Filmes



FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ESTE PROJETO FOI FOMENTADO PELO PROGRAMA FUNARTE DE APOIO A AÇÕES CONTINUADAS 2023



Criado em 2025. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem autorização prévia por escrito do Museu Transgênero de História e Arte - MUTHA [Ian Guimarães Habib], sejam quais forem os meios e mídias empregados: eletrônicos, impressos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

FICHA CATALOGRÁFICA

1ª Edição - Copyright © 2025 - Ian Guimarães Habib

MUTHA Museu Transgênero de História e Arte Brasil

www.mutha.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação [CIP] [Câmara Brasileira do
Livro, SP, Brasil]

Primeira política de acervos [livro eletrônico] :
Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) :
2024-2029 / Ian Guimarães Habib...[et al.] ;
organização Ian Guimarães Habib. -- 1. ed. --
São Paulo : (Elle/Elu) Edições y Traduções,
2025.
PDF

Outros autores: Arthur Mayan, Mayara Lacal
Cunha Ladeia, Tony Willian Boita.
Bibliografia.
ISBN 978-65-980466-8-2

1. Museologia - Brasil - História 2. Museu
Transgênero de História e Arte (MUTHA) 3. Pessoas
transgênero - Brasil I. Habib, Ian Guimarães.
II. Mayan, Arthur. III. Ladeia, Mayara Lacal
Cunha. IV. Boita, Tony Willian.

25-248523

CDD-069.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Museu Transgênero de História e Arte : História
069.981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

COMITÊ EDITORIAL

Adelaide Estorvo
Alexander Brasil
Amara Moira
Carolina Rocha
Cello Latini Pfeil
Diana Salu
Esteban Rodrigues
Fabian
Floresta
Ian Habib
Inaê Iabel Barbosa
Jomaka
Julia Raiz
Lili Baillargé
Luiz Morando
Mario René Rodríguez
Torres Nina Rizzi
Pi eta poeta
Raiz Policarpo
Rafaella Fernandez
Tatiana Nascimento
Yala Silva



FICHA TÉCNICA

Primeira Política de Acervos do Museu Transgênero de História e Arte [MUTHA]

Concepção, direção geral, direção de arte, comunicação:
Ian Guimarães Habib

Elaboração das Políticas de Acervo:

Ian Guimarães Habib
Arthur Mayan
Mayara Lacal Cunha Ladeira
Tony Willian Boita

Museólogos responsáveis:

Mayara Lacal Cunha Ladeira
Tony Willian Boita

Consultoria em Pesquisa:

Lino Gabriel Nascimento dos Santos

Realização:

Museu Transgênero de História e Arte

Produção executiva:

Purpurina Filmes e Produções

Direção de produção:

Be Zilberman

T.I. e webdesign:

Arthur Mayan

Projeto editorial do Primeiro Plano Museológico do Museu
Transgênero de História e Arte

Projeto: Ian Guimarães Habib

Revisão: Nathalia Müller Camozzato

Projeto gráfico: Denu Paixão

Produção gráfica: Denu Paixão [Denu]

Artes digitais e diagramação: Denu Paixão

Edição: [elle/elu] edições y traduções

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

METODOLOGIA

PRIMEIRA TRANSIÇÃO:

INSTITUCIONAL DO MUTHA E SEUS ACERVOS

1.1 O MUSEU

1.2 MODELO DE GESTÃO

1.2.1 Um museu-obra de arte

1.2.2 Um conjunto de obras de arte

1.2.3 Um museu

1.2.4 Um conjunto de tecnologias de produção e preservação de arquivos e acervos

1.3 HISTÓRICO, ATUAÇÃO, FOMENTO E AÇÕES EM REDE

1.4 FORMAÇÃO E PESQUISA

1.5 ACERVOS

1.5.1 Acervo Digital [AD]

1.6 EXPOSIÇÃO E TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ARQUIVOS

1.6.1 Arquivo Artístico de Dados

1.6.2 Exposição Transespécie/Transjardinagem

1.7 ACERVOS E ARQUITETURA DIGITAL

SEGUNDA TRANSIÇÃO: DIAGNÓSTICO DE ACERVOS

2.1 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

2.2 ETAPAS E PROCEDIMENTOS DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

2.3 LIVRO TOMBO DIGITAL

2.4 ARROLAMENTO OU INVENTÁRIO

2.5 IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: NUMERAÇÃO E MARCAÇÃO 40

2.5.1 Siglas

2.5.2 Marcação

2.6 FICHA DE CATALOGAÇÃO

2.6.1 Identificação e características do objeto

2.6.2 Informações contextuais

2.7 ESTADO DE CONSERVAÇÃO

2.8 GESTÃO DE ACERVOS

2.8.1 Apresentação 54

2.8.2 Coleções 55

2.8.3 Processos de Aquisição 58

2.8.4. Difusão e Acessibilidade Digital 58

2.8.5 Análise dos pontos fortes e fracos da gestão de acervos

2.9 COMISSÃO DE ACERVO

2.9.1. Finalidade e atribuições

TERCEIRA TRANSIÇÃO: PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS

3.1 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS DIGITAIS 64

3.2 MANUSEIO DE ACERVOS DIGITAIS

- 3.2.1 Controle de acesso e segurança 65
- 3.2.2 Autenticidade e integridade dos dados 67
- 3.2.3 Práticas de conservação durante o uso 67
- 3.2.3 Documentação e registro de uso 67
- 3.2.4 Interoperabilidade e acessibilidade

3.3 ARMAZENAMENTO

- 3.3.1 Formatação adequada dos arquivos 68
- 3.3.2 Estratégias de backup 69
- 3.3.3 Preservação e migração de formatos 69
- 3.3.4 Armazenamento em múltiplos locais

3.4 ACONDICIONAMENTO

- 3.4.1 Controle ambiental 70
- 3.4.2 Acondicionamento em armários e caixas antiestáticas 71
- 3.4.3 Posicionamento adequado e organização física 71
- 3.4.4 Manutenção e verificação periódica

3.5 PRESERVAÇÃO E COMBATE À DEGRADAÇÃO

3.6 DIRETRIZES E PADRÕES DE SEGURANÇA DE DADOS 73

3.7 SALVAGUARDA

QUARTA TRANSIÇÃO: REFERÊNCIAS

QUINTA TRANSIÇÃO - ANEXOS

APRESENTAÇÃO

MUTHA: Política de
Acervos performativa
e experiencial

A “Primeira Política de Acervos do Museu Transgênero de História e Arte (PAMUTHA)”, válida de 2024 até 2029, é o documento público e coletivo mais importante do acervo do museu, já que é um dos instrumentos de sua gestão. A PAMUTHA é baseada no planejamento conceitual do museu, presente no “Primeiro Plano Museológico do MUTHA’ (2024-2029)¹, que abarca sua apresentação, sua missão, sua visão, seus valores, seus propósitos e seus objetivos. Esta é a primeira Política de Acervos da história do MUTHA, instituição que antes contava apenas com um documento provisório, que regulava apenas seu Arquivo Histórico (AHMUTHA), de nome “Diretrizes para o Arquivo Histórico (AHMUTHA) do Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA)”² (Habib, 2024), escrito em março de 2022, por uma comissão composta por Caio C. Maia, Cosmos Benedito, Ian Guimarães Habib, Juno Nedel Mendes de Aguiar e Lino Gabriel Nascimento dos Santos. As diretrizes foram criadas pela ocasião dos fomentos do “Proac Museus 28 2021” e do “Mulheres em Movimento 2021” do Fundo Elas+, e que visavam à construção do “Arquivo Histórico do MUTHA” (AHMUTHA) e da sua Associação de gestão, motivo pelo qual normatizam apenas o AHMUTHA.

O documento sugeriu os critérios iniciais de orientação para as atividades de “[...] curadoria, tratamento, aquisição, documentação, organização, manutenção e descarte do patrimônio cultural a ser constituído, salvaguardado, pesquisado e difundido”³ do AHMUTHA. As diretrizes de 2022 eram emergenciais, e, portanto, tinham prazo de validade de apenas um (1) ano, a contar de sua divulgação pública, devendo valer até a construção da PAMUTHA. Com a PAMUTHA 2024, deixam de valer as diretrizes de 2022, que continuam, contudo, a inspirar a presente produção.

A Política de Acervos (PA) define a natureza e o conteúdo dos acervos do MUTHA, além de apresentar os princípios, as metodologias e os procedimentos metodológicos de formação, aquisição, organização, registro, armazenamento, preservação, empréstimo, descarte, segurança,

1 Disponível em: www.mutha.com.br. Acesso em: 16 out 2024.

2 Disponível em: ah.mutha.com.br. Acesso em: 16 out 2024.

3 Idem.

exposição, difusão e pesquisa das coleções do museu, englobando seu gerenciamento, constituição e tratamento nos processos de musealização. Por esse motivo, o documento auxilia o museu no cumprimento de suas responsabilidades políticas e sociais, garantindo sua existência conceitual e seu respaldo ético. A formulação da PAMUTHA diz respeito, então, aos critérios de regulação dos processos curatoriais institucionais, funcionando também como um manual de operações. A importância da confecção de uma Política de Acervos se dá na normatização de ações e no planejamento dos procedimentos técnicos e diretrizes legais no campo da museologia, influenciando nas tomadas de decisão da instituição e em todos os seus programas e atividades.

Seus modos de formulação estão indicados, por exemplo, na “Política Nacional de Museus” (Brasil, 2003), que cria, no eixo “Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais”, um “[...] programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos” (Brasil, 2003, paginação irregular), recomendando o estabelecimento de políticas de aquisição de acervos que levem em consideração a democracia e “[...] a diversidade étnica, cultural e social do povo brasileiro, bem como a necessidade de preservar acervos representativos da vida social e cultural brasileira no século XX” (Brasil, 2003, paginação irregular). Além disso, o “Estatuto de Museus (Brasil, 2009, paginação irregular) define que “[...] os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente” e que “[...] é facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas” (Brasil, 2012, p. 33). Por fim, na Instrução Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006, disposta pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que define o programa de acervos de um museu como aquele que “[...] organiza o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluindo os de origem arquivística e bibliográfica, podendo ser dividido em diferentes subprogramas, tais como: aquisição, documentação, conservação e restauração” (IPHAN, 2006, p. 2).

O MUTHA é um museu que fissa as oposições do pensamento

binário: homem/mulher, corpo/mente, museu/obra-de-arte, pessoa arquivista/pessoa arquivada e acervo/arquivo. Dessa maneira, o museu trata, conceitualmente e tecnicamente, de maneira *híbrida* o par acervo/arquivo, produzindo acervos arquivísticos. Esses acervos arquivísticos são *performativos* e *experenciais*. Performativos, nesse sentido, é:

“Como uma performance” sem realmente ser uma performance no sentido ortodoxo ou formal”. “Performativo” é tanto um substantivo quanto um adjetivo. O substantivo indica uma palavra ou sentença que faz algo. O adjetivo flexiona o que modifica com qualidades da performance, como “escrita performativa” “Performatividade” é um termo ainda mais amplo, abrangendo toda uma panóplia de possibilidades abertas por um mundo em que as diferenças estão entrando em colapso, separando mídia de eventos ao vivo, originais de clones digitais ou biológicos e performance no palco da performance na vida cotidiana. Cada vez mais, as realidades sociais, políticas, econômicas, pessoais e artísticas assumem as qualidades da performance. Nesse sentido, a performatividade é semelhante ao que chamei de “como” performance [...]. Nos estudos da performance, a performatividade aponta para uma variedade de tópicos, entre eles a construção da realidade social incluindo gênero e raça, a qualidade do comportamento restaurada das performances e a complexa relação da prática da performance com a teoria da performance. (Schechner, 2013, p. 123)

Se performativo é o que *faz* algo, um acervo arquivístico performativo é o acervo em sua dimensão de ação. Nesse sentido, os acervos podem ser compreendidos em termos das experiências corporais das pessoas arquivistas, que são elas mesmas as pessoas arquivadas. Os procedimentos de formulação de diretrizes de Políticas de Acervos dizem respeito à experienciar metodologias corporificadas, visto que são transontocosmoepistemes (Habib, 2022, p. 32).

ARQUIVO PERFORMATIVO OU ARQUIVO VIVO

A noção de uma separação explícita entre arquivo e repertório, contudo, pode ser fissurada. Para tal, podemos partir da ideia de que a matéria também é performativa, ou seja, a matéria age. Se arquivos são partes da cultura material de uma sociedade, podemos pensar eles mesmos como performativos. Dessa forma, um corpo é um arquivo vivo e um arquivo performativo é ele mesmo repertório, pois é engendrado por atos corporais.

A primeira transição define o perfil institucional do MUTHA e de seus Acervos. A segunda transição apresenta um diagnóstico de Acervos. A terceira transição trata da preservação e conservação dos acervos do MUTHA. A quarta transição apresenta as referências bibliográficas do trabalho. A quinta transição, por fim, apresenta os anexos de sua constituição.

Em conclusão, a “Primeira Política de Acervos do Museu Transgênero de História e Arte” (PAMUTHA) será válida, a partir da data de sua publicação, por cinco anos futuros. Desejo excelentes transições pelos portais museais do Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA).

Ian Guimarães Habib
Direção

METODOLOGIA

Como procedimento metodológico, escolhemos definir as partes desta Política de Acervos como transições. As transições são parte do campo conceitual do MUTHA, que é definido como um museu transformacional. Transições indicam que as partes do museu poderão ser potencialmente alteradas em termos de nome, de estrutura, de local no espaço, de função, dentre outras. O museu tem como escopo conceitual o livro *Corpos Transformacionais* (Habib, 2021a), material em que podemos localizar procedimentos metodológicos sobre as poéticas e políticas da transformação corporal, as quais mencionam exatamente as inúmeras maneiras como um corpo pode se transformar. Desse modo, pensar Políticas de Acervo para um museu em transformação é pensar que elas ocorrem por transições. A noção de múltiplas transições também está no livro como contestação à concepção de transição única, já que os processos de transformação corporal são incessantes. Como o museu lida potencialmente com a transformação de corpos e de práticas museais, as partes desta política visam também transicionar práticas museais.

A comissão de elaboração da política foi formada por Ms. Ian Habib, pessoa diretora do MUTHA, pesquisadora e docente da área de Artes da Cena e Gênero, junto de mais cinco (5) pessoas: duas (2) pessoas museólogas, uma (1) pessoa programadora em T.I., uma (1) pessoa consultora em pesquisa, uma (1) artista visual. A comissão inclui pessoas antropólogas, museólogas, ativistas, artistas, pesquisadoras e professoras vinculadas a universidades e instituições federais, bem como profissionais técnicas de diversas áreas de atuação. Portanto, este documento toma a trans/interdisciplinaridade como um de seus eixos.

A primeira etapa de realização das Políticas foi a da pesquisa, em que foram executadas a revisão bibliográfica, com investigações sobre políticas de acervo em museus digitais, bem como conteúdos sobre políticas de acervo, sobre arquivos digitais e sobre a legislação vigente (Lei nº 11.904, de 2009, Decreto nº 8.124, de 2013, dentre outros relativos a direitos autorais, legislação etária e proteção de dados). Depois da revisão, foi realizado o diagnóstico de acervos, com levantamento de dados e informações sobre os acervos do museu para a formulação e definição das suas políticas. A construção das políticas foi colaborativa e se deu do seguinte modo: a comissão se desmembrou e cada pessoa construiu

uma parte das políticas, segundo seu campo de conhecimento.

O documento consultado como base para a atual produção foram as “Diretrizes para o Arquivo Histórico (AHMUTHA) do Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA)” (HABIB, 2024), escritas em 2022 por Caio C. Maia, Cosmos Benedito, Ian Guimarães Habib, Juno Nedel Mendes de Aguiar, Lino Gabriel Nascimento dos Santos. Tal documento – elaborado coletivamente em caráter emergencial, visto que o museu não tinha, no momento de sua elaboração, Política de Acervos e Plano Museológico – apresentou as diretrizes iniciais desenvolvidas especificamente para a elaboração do Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte (AHMUTHA), mas não se debruçou sobre a Política de Acervos do MUTHA de maneira geral. As diretrizes construíram um primeiro esboço de definição do conteúdo e da natureza do AHMUTHA, sugerindo os critérios iniciais de orientação para as atividades de curadoria, de tratamento, de aquisição, de documentação, de organização, de manutenção e de descarte do patrimônio cultural a ser constituído, salvaguardado, pesquisado e difundido.

Ian Guimarães Habib
Direção

PRIMEIRA TRANSIÇÃO:

PERFIL INSTITUCIONAL DO MUTHA
E SEUS ACERVOS



1.1 O Museu

O Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) é o único museu trans do Brasil e um dos únicos do mundo. O museu foi desenhado como uma obra artística e como um conjunto de tecnologias transformacionais, ou seja, continuamente em transformação, para preservação, pesquisa, fruição e produção de acervos e arquivos para a história e memória social, produção de dados e empregabilidade cultural da população corpo e gênero variante brasileira no país que mais a extermina⁴. O MUTHA é iniciativa de âmbito virtual e nacional, sendo composto por instâncias de ação em cada um dos estados brasileiros, com finalidade pública, não comercial, comunitária e autônoma – ou seja, o espaço é administrado por e para a comunidade trans, não contando com nenhum tipo de incentivo governamental fixo. O MUTHA é o único museu do Brasil que visa escrever a História e difundir a Arte de pessoas corpo e gênero variantes, que foram apagadas⁵ pela colonialidade e não apresentam ainda outro local de reinscrição na sociedade. Pela primeira vez na história deste território, a população trans pode narrar e gerir, em uma instituição museal, sua própria história e cultura (Habib, 2021a).

4 Dados da população transgênera mundial: <https://tgeu.org/>. Acesso: 22 jul. 2024.

5 É importante salientar aqui que não foram totalmente apagadas no sentido literal, justamente pois as nossas iniciativas comunitárias de produção de memórias têm lutado contra essa tentativa.

1.2 Modelo de gestão

O Museu Transgênero de História e Arte é hoje:

1.2.1 Um museu-obra de arte

Como Museu-Obra de arte, o MUTHA é de autoria e gestão de Ian Guimarães Habib.

1.2.2 Um conjunto de obras de arte

Como conjunto de obras de arte, o MUTHA apresenta esculturas e espaços em 3D, instalações, performances, plataformas criativas, zonas autônomas performativas temporárias, palestras-performances, entre outras, produzidas e geridas por Habib e por Habib com pessoas colaboradoras convidadas. Como obra de arte e conjuntos de obras de arte, o MUTHA é produção autoral intelectual e artística de Ian Guimarães Habib ou de Habib e pessoas convidadas.

1.2.3 Um museu

O MUTHA também é um espaço museal em um sentido mais próximo do tradicional. Como tal, o museu ainda não possui personalidade jurídica e está em processo de se constituir como organização de direito privado. O MUTHA é uma ação continuada e possui completa autonomia conceitual e programática, assim como autonomia de gestão, de funcionamento, de estratégia, de administração, de patrimônio, de captação de recursos e de geração de receitas.

Como espaço museal, a gestão é feita pela **Direção** do museu, que nomeia, em cada projeto realizado, **Coordenações** específicas por área. São as Coordenações de nosso último projeto: Direção Audiovisual, Direção em TI, Direção do Arquivo Histórico e Museologia. A Direção, hoje, faz a gestão e produção de projetos do museu, a comunicação, a pesquisa, a direção de artes, a curadoria e as parcerias institucionais. A Direção Audiovisual efetua toda a criação gráfica, de vídeos e de áudios para o

website e para as mídias sociais, além da produção da identidade visual e das obras audiovisuais do museu. A Direção em TI efetua a programação de nosso website e as ferramentas de arquivamento. A Direção do Arquivo Histórico efetua consultorias e pesquisas na área de História. A Museologia efetua toda a parte técnico-científica de museologia.

1.2.4 Um conjunto de tecnologias de produção e preservação de arquivos e acervos

O MUTHA, como conjunto de tecnologias de preservação de arquivos e acervos, é gerido da mesma maneira descrita acima, no tópico 1.2.3. Contudo, uma parte do MUTHA, o Arquivo Histórico do MUTHA (AHMUTHA) foi constituído como um Ponto de Memória certificado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Como o primeiro museu transgênero a obter o certificado oficial governamental enquanto Ponto de Memória, o MUTHA pôde ter institucionalmente comprovada a sua importância, a sua legitimidade científica e o seu reconhecimento no campo da valorização da memória social.

O Ponto de Memória é resultado de um processo coletivo e comunitário que partiu da construção do AHMUTHA e visou apontar para a importância do protagonismo da memória e da cultura trans operado pela própria comunidade corpo e gênero variante, algo até então inédito no território nacional. A população corpo e gênero variante é parte integrante da memória social deste território e apenas recentemente tem sido reconhecida como indispensável, o que se deu graças ao trabalho dos movimentos sociais e dos feminismos históricos compostos por pessoas dessa população. Essa certificação atesta um trabalho já realizado pelo museu há cinco anos, já que o espaço tem contribuído em grande medida para o desenvolvimento de políticas públicas de direito à memória.

Além da certificação, o AHMUTHA se constituirá através do modelo de gestão de Associação Sem Fins Lucrativos de Direito Privado (OS) em 2024. Neste modelo, compete à OS a gestão, a administração e a manutenção do AHMUTHA, a partir da data de sua constituição, podendo também gerenciar projetos do MUTHA sempre que necessário ou acordado. As Diretrizes para o AHMUTHA foram escritas em 2022 por

um grupo então instituído para tal. Como OS, a gestão será feita pela **Presidência**, pela **Diretoria Executiva** e pela **Assembleia Geral**, cujas competências constarão no Estatuto da Organização.

1.3 Histórico, atuação, fomento e ações em rede

No Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA), histórico, atuação, fomento e ações em rede coincidem e se entrelaçam de muitas maneiras, já que a atuação do museu depende, em muitas instâncias, dos processos periódicos e instáveis de financiamento institucional. Como o MUTHA é uma ação continuada sem patrocínio fixo, suas ações ocorrem por meio de projetos culturais e do apoio de editais públicos e privados. Dessa maneira, quando há fomento, o museu pode concluir projetos e sua atuação se amplia. Essa expansão, ao longo dos anos de atuação do MUTHA, construiu seu histórico museal, sempre permeado pelo campo de formulação de redes.

O MUTHA foi idealizado em 2018 por Ms. Ian Habib, pessoa professora, pesquisadora, artista e autora transgênera, em sua pesquisa *Corpos Transformacionais* (UFBA), publicada como livro em 2021 pela editora Hucitec (Habib, 2021a). O espaço foi inaugurado através do Sarau MUTHA, em novembro de 2020, um dos marcos da pandemia de Covid-19. A proposta foi financiada pelo Memorial Minas Vale (2020) e fundou o MUTHA como espaço cultural virtual e nacional de criação e manutenção de arquivos e acervos históricos e artísticos corpo e gênero variantes, por meio da apresentação de ensaios literários e acadêmicos, palestras-performances, poesias, contos e trechos selecionados de obras históricas que buscaram resgatar a memória de pessoas corpo e gênero diversas. Foram convidadas nove pessoas trans, dentre elas pessoas negras, amazônidas, indígenas, com deficiência, de diversas faixas etárias, para contribuírem com a primeira edição do projeto, na forma de um vídeo que contou com acessibilidade completa para pessoas com deficiências visuais e auditivas. As pessoas participantes foram: Presidenta Keila Simpson, Dr. Lino Arruda, Matheus Cairú, Luz Bárbara, Léo Moreira Sá, Profa. Ma. Mariah Rafaela, Prof. Caio Tedesco, Xan Marçall e Jackie Jean.

A segunda, terceira e quarta ações do MUTHA foram ações

educacionais, e podem ser vistas no tópico 1.4, Formação e Pesquisa. A quinta ação do MUTHA foi financiada pelo Trajetórias Shirley Griô (RS), e contemplou as produções de mídias sociais e de design gráfico do MUTHA até agosto de 2021.

A sexta ação do museu foi o prêmio Jorge Portugal financiado pela SECULT (BA), via Fundação Cultural da Bahia (FUNCEB), que inaugurou – em 1º de Junho de 2021, mês do orgulho LGBTQ+ – seu website (www.mutha.com.br), por meio da abertura do “Arquivo Artístico de Dados” (AAD) e de uma estrutura inicial para o Arquivo Histórico e para a Loja Virtual. A loja visa gerar renda para toda a comunidade trans que do MUTHA participa, fomentando contratos de venda de produtos culturais para toda a população. O Arquivo Artístico de Dados (AAD) é uma tecnologia de formação de arquivos que visa produzir dados para empregabilidade cultural, efetuando o mais amplo e contínuo mapeamento de pessoas artistas corpo e gênero diversas brasileiras e/ou de produções artísticas corpo e gênero diversas executadas em território nacional e/ou por pessoas brasileiras, em diversas linguagens criativas, sendo algumas delas: artes plásticas, audiovisual, dança, performance, fotografia, artes cênicas, artes circenses, artesanato, literatura, moda, música, beleza, e áreas tecnológicas, como iluminação, cenografia, sonografia. O banco de dados do AAD funciona por meio de um mecanismo de busca por região, campo do conhecimento e outras variáveis, difundindo anúncios de oportunidades na indústria cultural. Como incentivo à inscrição de artistas no AAD, o MUTHA criou a Galeria Virtual, espaço para exposições virtuais, provisórias e permanentes, de artistas corpo e gênero variantes de todo o país, e selecionou artistas do banco AAD para nela exporem, na composição de nossa primeira exposição: “Transespécie/Transjardinagem”.

A exposição tem dois temas: Transespécie, que elabora fissuras em conceitos de espécie e de gênero, propondo a criação de novos seres e mundos; e Transjardinagem, que utiliza a imagem da produção de jardins sobre paisagens em ruínas como método de exploração de arquivos vivos para memória de existências que sempre viveram segundo catástrofes pandêmicas. A exposição apresenta trabalhos artísticos de mais de 69 pessoas trans. São 48 pessoas corpo e gênero diversas convidadas de todo o país. Em adição, o projeto curatorial contemplou 15 artistas no

processo de seleção do AAD. Finalizando, mais seis artistas compuseram uma seção denominada Conexões Globais, destinada a pessoas de outros países vivendo no Brasil e a pessoas do Brasil vivendo em outros países.

Essa é a maior exposição de artes trans feita no Brasil até hoje: ela engloba todas as cinco regiões brasileiras e também conexões com mais sete países em quatro continentes (França, Portugal, Espanha, Estados Unidos, São Tomé e Príncipe, Venezuela, Argentina); abarca zonas litorâneas, urbanas e rurais; valoriza a produção de vivências negras, amazônicas, indígenas, imigrantes, emigrantes, com deficiência, em diversas faixas etárias e classes sociais; leva em consideração todos os aspectos de precarização que permeiam os modos de criação dessas existências; abrange todas as identidades de gênero não-cisgêneras; e alcança todas as linguagens artísticas (artes cênicas, dança, audiovisual, artes visuais, beleza, moda, literatura, artesanato, *body art*, entre outras).

Já o AAD teve aproximadamente 300 inscrições e ainda está sendo construído. A exposição objetiva fortalecer redes de empregabilidade cultural, visibilidade e mútua colaboração; alargar o mercado de trabalho para a população trans com a formação de ferramentas difusoras de criações, de composição de publicações, de venda de obras artísticas e de organização de redes para produção e escrita histórica; e formar arquivos trans para memória, que ainda não existe no Brasil. Por fim, o trabalho foi registrado em um e-book de 188 páginas, que foi publicado pela editora O Sexo da Palavra e se encontra no website, com acesso livre e gratuito para download (Habib, 2021b).

A sétima ação do museu foi o projeto “Arquivo Vivo para o Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte”, financiado pelo Prêmio Cultura na Palma da Mão 2021 SECULT (BA), via Fundação Cultural da Bahia (FUNCEB). Foram coletadas memórias de oito mulheres trans e travestis da/na Bahia e produzidos materiais multimídia – entrevistas audiovisuais, transcrição de entrevistas e fotografias – para comporem a exposição Arquivo Vivo e, posteriormente, integrarem o Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte (AHMUTHA). Esse projeto proporcionou ao museu o recebimento de 200 itens de doações colaborativas das entrevistadas.

A oitava ação do museu foi o projeto “Arquivo Histórico do Museu

Transgênero de História e Arte”, financiado pelo PROAC MUSEUS 2021. O projeto criou o Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte, o primeiro arquivo histórico transgênero do país, integrado pelo Programa de Produção, Preservação e Difusão Histórica (PPPDH), pelo Programa em Educação (PED) e pelo Acervo Digital (AD).

O PPPDH tem como objetivo coletar os Acervos do AHMUTHA, incorporados por meio de tecnologias de produção de dados sobre a população focal e pelas doações de itens, entre outras maneiras. O PPPDH tem a função de coleta de elementos diversos, como: fotografias, documentos, objetos digitalizados, panfletos, *clippings*, *newsletters*, correspondências, periódicos, impressos, história oral, jornais, folhetos, objetos físicos, materiais sobre patrimônio imaterial, programas, anúncios, artigos, pôsteres, discursos, entre outros.

O PED tem como foco o desenvolvimento de programas educacionais em História e Arte, e foi criado para promover, às pessoas trans, capacitação profissional no mercado das Artes e Humanidades e incentivar o empreendedorismo na indústria cultural, além de tornar as produções corpo e gênero variantes mais acessíveis para todas as pessoas que desejam aprender mais sobre elas, fortalecendo seu reconhecimento social. Além disso, o PED organiza as atividades de Divulgação Científica do AHMUTHA – como visitas guiadas ao museu (MUTHA), onde se encontra o AHMUTHA – e programas de ensino sobre Artes e História, com foco em diversidades de corpos e gêneros. O PED ainda oferece suporte para pessoas pesquisadoras, instituições públicas e privadas, estudantes e para o público em geral. No site há espaço para veicular o conteúdo programático dos cursos e disponibilizar ficha de inscrição.

O AD engloba todo o material musealizado e tratado pelo PPPDH. É composto por quatro acervos – Acervos de Pesquisa, Acervos Transcestrais, Arquivo Vivo e Acervos MUTHANTES. Os Acervos de Pesquisa apresentam materiais de pessoas pesquisadoras convidadas pelo MUTHA ou AHMUTHA, constando em ordem alfabética – cada pessoa pesquisadora terá uma coleção e/ou fundo com seu nome, compostos por sua produção. Os Acervos Transcestrais⁶ são dedicados a importantes

6 O nome foi inspirado no trabalho de Sereno Sofia Gonçalves Repolês (2017).

personalidades, pessoas trans falecidas ou assassinadas, com suas biografias de vida, também em ordem alfabética. O Arquivo Vivo é uma tecnologia de manipulação de dados com curadoria compartilhada, criada para que pessoas trans vivas possam se autoarquivar e automusealizar, enviando seus próprios materiais. Quem doa torna-se, assim, quem faz a curadoria, musealizando e enviando o seu objeto através de uma tecnologia online disponibilizada no site do Museu. Nos Acervos MUTHANTES constam outras produções experimentais do próprio museu, que incluem performances, manifestações populares e obras de arte.

O projeto musealizou mais de 100 bens, um processo que envolveu a criação de documento de diretrizes de acervo – que guia as práticas do museu, pois a instituição ainda não construiu suas políticas de acervo nem seu plano museológico –, documentação, digitalização, restauro, tombamento, criação de ficha de catalogação, catalogação e cadastramento no Tainacan. Além disso, o museu guiou uma pesquisa sobre todos os bens, baseada na metodologia da História Oral, para construir suas fichas catalográficas. O MUTHA busca valorizar as autonarrativas trans e os processos comunitários e colaborativos de produção de acervos e arquivos, visto que é importante para a população transgênera que a própria pessoa doadora possa falar sobre seus itens, processos de subjetivação e memórias. Esta é a base da perspectiva pedagógica do museu, pois a instituição deseja promover o conhecimento da população em geral sobre os itens exibidos, entendendo que essas frentes compõem também as ações de educação museal a partir de uma perspectiva de educação integrada. O projeto organizou, ainda, quatro cursos gratuitos, presentes na seção PED do site.

A nona ação do museu foi facultada pelo prêmio Mulheres em Movimento 2021, do Fundo Elas+, que financiou a abertura da “Associação do Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte” (AAHMUTHA), organização sem fins lucrativos ainda em processo de registro. A AAHMUTHA será, a partir do momento de sua constituição, a instituição responsável pelo Arquivo Histórico do MUTHA. Transformar o Arquivo Histórico numa associação foi a melhor alternativa encontrada pelo museu para tornar os processos da ação de museologia social ainda mais comunitários e colaborativos.

A décima ação do MUTHA ocorreu em abril de 2022, com o projeto NearFTrans, que contou com patrocínio internacional da Mintbase, uma das maiores plataformas WEB3 de comércio NFTs no mundo, e visou reafirmar o MUTHA como produtor de tecnologias digitais artísticas e históricas, unindo a construção de ambientes em Virtual Reality e 3D com a formação de comunidades no mercado artístico. NearFTrans é um projeto que aposta no ativo tecnológico do momento: os NFTs, tokens não fungíveis e criptográficos que representam algo insubstituível, único e singular, como objetos raros do patrimônio cultural, obras de arte e coleções. Os NFTs são negociados em plataformas mundiais de comércio de cryptoartes e as moedas são convertidas em dólares. NearFTrans reconhece que algumas das principais pessoas produtoras de artes digitais no Brasil são trans e sem meios de subsistência e, por isso, o museu financiou e emplacou inúmeras pessoas profissionais na plataforma, montou uma exposição coletiva e ensinou todas as pessoas a usarem a plataforma para vender e expor itens.

A décima primeira ação do MUTHA foi em julho de 2022, consistindo em sua primeira exposição internacional na “*Archives and Riots: Latin American Trans Archival Exhibition*”, no evento Latin American Trans Histories, copatrocinado pelo Institute of Advanced Studies/UCL em Londres, uma das dez melhores universidades do mundo, junto do Institute of the Americas, do QUCL, do Marie Slodowka Curie e da Wake Forest University, USA. A exposição reúne uma seleção de fontes históricas sobre vidas trans de vários arquivos de base latino-americana.

As décimas segunda, décima terceira e décima quarta ações do MUTHA são educacionais e de pesquisa, e podem ser vistas abaixo, no tópico 1.4, Formação e pesquisa.

A décima quinta ação do MUTHA foi na 17ª Primavera dos Museus, evento em que tivemos nossa primeira ação presencial no Museu Gustavo Teixeira, espaço Clarice Zezza Matarazzo, em São Pedro (SP). Além dessa ação, o museu participou, em Fortaleza (CE), do webinar e de roda de conversa, que serão comentadas também no tópico 1.4, Formação e pesquisa. Por fim, o museu abrigou um evento aliado, o lançamento do livro *Museologia Comunitária LGBTQIA+ e outros ensaios queer interseccionais*, com Tony Boita e Jean Baptista (2023).

A décima sexta ação do MUTHA foi em 2023, uma exposição coletiva presencial no Museu Nacional da República, chamada “Atualização do Sistema”, com curadoria da Academia de Curadoria. A décima sétima ação do MUTHA foi no mesmo ano, consistindo em sua participação na exposição coletiva “Kamba - Dissidência coletiva”, no Museu da Diversidade Sexual (MDS).

A décima oitava ação do MUTHA foi o recebimento, em 2023, da certificação como Ponto de Memória pelo IBRAM, como já mencionado. A décima nona ação foi o recebimento do Prêmio Helena Quadros, um prêmio destinado a pontos de memória do Brasil. A vigésima ação está ainda em fase de execução e será no PROAC SP 2023 – Museus – Plano Museológico, e objetiva construir este plano museal do espaço. As vigésima primeira, vigésima segunda, vigésima terceira, vigésima quarta e vigésima quinta ações são, respectivamente, os projetos FUNARTE Retomada - Manutenção do MUTHA 2024; LPG BH nas Telas - Para apagar o fogo/ LPG BH nas Telas - Arquivo Vivo (MG); LPG SECULT (MG) - Arquivo Vivo (MG) (Interiores); LMIC Multilinguagens - BALEIA (Musealização da censura em Sebastian).

Como ações ativistas, o museu participou da Festiva 2021, uma feira beneficente virtual com doação para auxiliar nos impactos pandêmicos, com um curso ministrado por Caio Tedesco. Assinou, no mesmo ano, a petição para visibilidade e empregabilidade cultural transmasculina, após verificar a ausência de tal grupo na parada LGBTQIAPN+ de São Paulo, lutando, em reuniões, pela presença dessa comunidade nos próximos eventos. Apoiou institucionalmente o “1º Encontro Bafo Moda e Dissidências Sexuais e de Gênero” (UFSC). Apoiou o grupo de dança de pessoas trans, não-binárias e bixas, Danças em Transições. O AHMUTHA também aprovou um projeto da Lei de Incentivo Fiscal LMIC BH 2022, mas este não foi efetivado, pois não conseguiu captar recursos com possíveis empresas parceiras.

Em 2023, como ação ativista e de formação de comunidades e de acervos, criou o financiamento coletivo “Campanha de cremação e memória museal de Demétrio Campos”. Homem trans preto periférico suicidado no início da pandemia, Campos virou um ícone de luta e memória do movimento trans, valorizado por parcela da população trans ainda

não reconhecida nos principais veículos de informação e na história: os homens trans e pessoas transmasculinas e não-binárias. A campanha feita pelo AHMUTHA possibilitou a cremação dos restos mortais de Campos e um ajuste nominal em sua lápide, que foi revirada por desconhecidos e teve a placa com seu nome destruída. Parte da história de Campos será abordada nos itens inéditos coletados pelo AHMUTHA na Coleção Demétrio Campos. Essa ação teve a participação de toda a comunidade – recebendo dela doações –, da família de Campos e de inúmeros movimentos ativistas pretos e quilombolas, que auxiliaram no processo de verificação da lápide e de busca pelo corpo, pois Demétrio foi enterrado em um cemitério quilombola.

1.4 Formação e pesquisa

A primeira ação de formação e pesquisa do MUTHA foi também a segunda ação de inauguração do espaço, e aconteceu em fevereiro de 2021 na composição de uma mesa no evento Seminário “Desmonte III UFBA/UFSB” (@desmonteseminario), com a seguinte composição: Prof. Ian Habib, Dr. Lino Arruda (BR/EUA), Uarê (morizines/SP), Dre. Elton Panamby (RJ), Luan Okun (Portugal), Dr. Daniel Coleman (EUA). A ação abordou a transformação corporal e os processos de cura nas artes.

A segunda ação formativa foi contratada pelo SESC (SP) Tecnologias e Artes, com realização, em maio de 2021, de uma conferência sobre o Museu. A terceira ação foi contratada pelo SESC (BA) e apresentada em agosto de 2021, igualmente uma conferência sobre o MUTHA.

A quarta ação de formação do MUTHA se deu no escopo da oitava ação do museu, em 2021. Nela, foi criado um rascunho para o Programa em Educação (PED) do Arquivo Histórico (AHMUTHA), atualmente em estágio inicial de elaboração. O programa foi criado dentro do AHMUTHA por ocasião do recebimento do fomento da oitava ação do histórico do museu para criação do AHMUTHA. O PED é voltado para a valorização pedagógica do patrimônio cultural e para o fortalecimento das pesquisas das populações corpo e gênero variantes do Brasil, dedicando-se, além disso, a: formação (cursos e workshops de variadas durações), palestras, conferências, ações de divulgação científica (em escolas públicas, por meio de mídias sociais, dentre outras), mediação cultural e pesquisa (em parceria com universidades e órgãos públicos e privados). Antes da criação do PED, as ações ocorriam de maneira fortuita, mediante contratação. A partir da sua criação, o museu elegeu um espaço para difusão e organização das atividades.

A quinta ação de formação e pesquisa do MUTHA se deu no projeto acima citado, e tratou-se da criação dos Acervos de Pesquisa, um arquivo destinado à divulgação científica de produções de pessoas trans e sobre transgeneridades. Foram produzidas, até hoje, duas coleções.

A sexta ação de formação do MUTHA também se deu no escopo da oitava ação do museu, em 2021, mas já no em 2022, quando o AHMUTHA produziu quatro cursos (com até 100 pessoas cada, por ordem de chegada,

com acesso fácil, gratuito e por tempo indeterminado), sobre Museologia, Artes e História Trans. Foram eles: “Transjardinagem: performance como paisagem radical para arquivo vivo trans”, do Ministrante Ian Habib; “O corpo como arquivo: entrelaçando história, memória e museologia trans”, do Ministrante Juno Nedel; “Transencruzilhadas da memória: preservação das memórias transmasculinas negras brasileiras”, do Ministrante Bruno Santana; e “Práticas performativas feministas”, da Ministrante Nina Caetano.

A sexta ação de formação do MUTHA foi realizada na décima ação do museu em 2022, no projeto NearFTrans. Esta ação assumiu também um viés educacional pois a equipe do projeto ensinou todos os passos do processo de exposição e comercialização de NFTs e inúmeras operações na WEB3 com criptomoedas. Consistiu em uma espécie de alfabetização para todas as pessoas participantes, que ingressaram no projeto por meio de uma chamada aberta, usando uma mídia social no estilo de um fórum, chamada Discord. No Discord, a comunidade participante pôde postar e responder perguntas, ler tutoriais, conversar, difundir ideias, fomentando-se um processo educacional comunitário e colaborativo com bases na colaboração mútua, anarquismo (livre circulação de informações) e na autonomia (DIY/faça você mesmo/a/e). Com esse projeto, mais de 50 pessoas foram educadas sobre a WEB3 e a venda de arte por meio de tokens não fungíveis e criptográficos.

A sétima ação de formação ocorreu na décima primeira ação do MUTHA, consistindo na primeira conferência internacional do MUTHA, ofertada em inglês no evento “Latin American Trans Histories”, já mencionado.

A oitava, nona e décima ações formativas do museu foram, respectivamente, as décima segunda, décima terceira e décima quarta ações do MUTHA. A oitava e a nona foram palestras educacionais, uma no “1º Seminário Centros Culturais e Territórios”, no Instituto Mirante (CE), em novembro de 2022, e outra no “Seminário Museus e Museologias no Tempo Presente”, no Museu da Imagem e do Som (CE), em março de 2023. A décima ação do MUTHA foi no projeto “Arquivo Independente”, da Funcultura (ES), uma oficina ofertada por Ian Habib e Mayara Lacal, de nome “Memória, futuro e transgressão”, em agosto de 2022.

A décima ação educativa do MUTHA foi em 2022, uma atividade

formativa de divulgação científica e mediação cultural com discentes de escola pública que executamos a convite do docente de teatro Me. Saulo Almeida, professor da instituição Escola Estadual Augusto de Lima, em Nova Lima (MG). O atividade deu-se no componente curricular de Teatro, tendo como público 30 discentes de escola pública de 14 a 16 anos, em um encontro presencial de 3 horas de duração. Para tal, foi realizada com os discentes uma visita guiada ao Museu Transgênero de História e Arte (www.mutha.com.br) e uma atividade de criação oriunda dos modos de conhecimento da História, Arte e Museologia Trans.

A décima segunda ação formativa do museu foi uma parceria que o espaço efetuou, a partir da produção de Be Zilberman, integrante do museu, com o Brazil Chevening Mentors, o que proporcionou a oferta de mentorias para que pessoas se candidatassem à Bolsa de Mestrado Chevening, na Inglaterra.

A décima terceira ação educativa do MUTHA foi a décima quinta ação do MUTHA, na “17ª Primavera dos Museus”, em que tivemos nossa primeira ação de mediação cultural, tendo sido esta nossa primeira atividade presencial: uma exposição do AHMUTHA no Museu Gustavo Teixeira, espaço Clarice Zezza Matarazzo, em São Pedro (SP). Além dessa ação, em Fortaleza (CE), o museu participou do webinar “Construindo memórias LGBTQIAPN+, Indígenas e Quilombolas nos Museus: desafios e possibilidades”, com Mayara Lacal, Luan Apollo e Tony Boita ocorrida no MIS (CE), e da roda de conversa “Onde estão as memórias de pessoas LGBTQIA+ nos lugares de memória?”, no Arquivo Público do Estado do Ceará (SECULT, CE).

1.5 Acervos

O Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) é um espaço nato-digital, portanto todos os seus acervos são digitais (nato-digitais e digitalizados). Eles são armazenados em uma reserva técnica fragmentada, ou seja, que está localizada em várias nuvens e em várias unidades de disco rígido, salvaguardados com as ferramentas possíveis e disponíveis no momento atual, em processo de musealização, organização e sistematização. A difusão do acervo se dá mediante 1) seu cadastramento digital no repositório Tainacan, ficando, desse modo, acessível aos públicos do museu; 2) pesquisas que o utilizam como fonte; 3) exposições e atividades em parceria com outros museus e espaços; e 4) mídias e redes sociais diversas.

Como o MUTHA segue princípios da Museologia Social e a maior parte do seu fomento vem de editais públicos, a parte de seu acervo que foi musealizada até o presente momento é de acesso inteiramente gratuito, fácil e por tempo indeterminado, tal qual o é museu, disponibilizado na plataforma Tainacan. Ademais, aproximadamente a totalidade⁷ de seu conteúdo conta com acesso livre a toda a população.

O acervo do MUTHA é composto de coleções que recebem tratamento museológico, ou seja, até o momento todos os itens tombados pelo museu, passam pelo processo de musealização, como uma escolha técnica adotada coletivamente durante a construção do Arquivo Histórico (AHMUTHA), em 2021, independente das tipologias dos acervos, que são híbridas. Os acervos do museu são organizados por eixos temáticos e divididos entre Acervos Históricos (AHMUTHA), sendo eles: Acervos de Pesquisa, Acervos Transcestrais, Arquivo Vivo e Acervos MUTHANTES. Dentre as coleções, diversas temáticas são abordadas, como a memória e a transformação corporal, explorando campos como envelhecimento, trabalho sexual, censura, ditadura militar brasileira, operação tarântula,

7 Não sabemos ainda precisar a porcentagem correta, pois não concluímos o processo de inventário para todos os nossos acervos. Ademais, alguns itens são disponibilizados ao público de acordo com a Lei 8.069/90 e outras regulamentações étárias de acesso e por classificação indicativa – esses itens de acesso não livre podem ser acessados mediante aprovação de solicitação de cadastro no museu.

drogas, história dos movimentos LGBTQIA+, migração, hiv, assassinatos, história do transformismo, dentre outros. Os itens são de cunho artístico, científico, histórico e documental.

Esses acervos podem ser adquiridos mediante doação de pessoa física e jurídica, compra, *site-specific*, permuta, guarda, transferência, legado e comodato. Através deles, são geridos parte do patrimônio simbólico, social, político e cultural tangível e intangível da população corpo e gênero variante do/no Brasil, o que é feito pela própria comunidade. Como o museu ainda não possui Políticas de Acervo, redigimos um texto denominado “Diretrizes do AHMUTHA”⁸, no qual constam orientações para aquisição e descarte. Esse documento é provisório e serve aos mesmos fins da Política de Acervos enquanto esta não esteja formulada.

O Acervo do MUTHA é composto pelo Acervo MUTHA e pelo Acervo AHMUTHA. O Acervo MUTHA é um acervo em formação com ampliação e sistematização de novos eixos temáticos e coleções. Diferente do Acervo Histórico MUTHA, ele é de responsabilidade de guarda e tutela institucional do museu; sendo um acervo de tipologia híbrida entre museológica, arquivística e bibliográfica, de cunho artístico, científico, histórico e documental. O MUTHA considera a si mesmo – ou seja, considera o próprio museu – como acervo performativo e metamuseológico e como conjunto de obras de arte performativas, visuais, instalativas, entre outras (Habib, 2023). Ele é composto por: um (1) museu MUTHA; quarenta (40) obras de arte digital em 3D – vídeos e imagens estáticas –; três (3) Galerias em VR⁹; uma (1) live performance; uma (1) instalação; um (1) website; um (1) procedimento técnico-museal (tecnologia de formação de arquivos museais); dois (2) livros; uma (1) estampa de camiseta; totalizando, desse modo, cinquenta (50) itens em processo de pesquisa, documentação e musealização.

Já o Acervo AHMUTHA é um acervo de tipologia híbrida entre museológica, arquivística e bibliográfica, de cunho artístico, científico, histórico e documental, composto por noventa e quatro (94) itens

8 Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1aQtyUP7qwHwL34yA32_Ajq8a-g0yzHlgo/view. Acesso em: 2 mai. 2024.

9 *Virtual Reality*, um ambiente virtual em 3D que formula tecnologias de presencialidade.

musealizados; dois (2) procedimentos técnico-museais (tecnologias de formação de arquivos museais); e cerca de duzentos (200) itens em processo de musealização. O AHMUTHA, bem como sua estrutura, já existe como concepção desde 2019, mas apenas veio a público em 2021, com a inauguração pública do AHMUTHA.

O MUTHA atualmente gere e salvaguarda seus acervos por fomento recebido, ao mesmo passo em que constitui e amplia seus acervos institucionais, atualmente compostos pelo Acervo MUTHA e pelo Acervo Arquivo Histórico MUTHA. O Acervo Arquivo Histórico MUTHA será salvaguardado e gerido, em formato de tutela do MUTHA e de gestão partilhada com o museu, pela Associação do Arquivo Histórico MUTHA (AAHMUTHA) a partir do momento de sua constituição. A AAHMUTHA poderá, quando existir comum acordo, salvaguardar e gerir também o Acervo MUTHA e todos os outros futuramente criados.

O Acervo do MUTHA encontra-se organizado tal como discriminado a seguir.

1.5.1 Acervo Digital (AD)

O AD é o Acervo Digital, a ferramenta de sistematização e recuperação de informações onde se encontra o AHMUTHA. Ela engloba todo o material musealizado e tratado pelo Programa da Produção de Difusão Histórica (PPPDH) e é composto por quatro (4) acervos e suas coleções, divididos de acordo com eixos temáticos. Esses quatro acervos podem ser acessados pelo repositório digital Tainacan, um *plugin* de código aberto para WordPress que fica dentro do website do MUTHA. A escolha do Tainacan é justificada por seu fácil e gratuito acesso por meio de mecanismo de busca comum, no qual diversos metadados sobre o objeto musealizado – como data, região, idade, raça-etnia, campo do conhecimento, entre outros – podem ser encontrados. O Tainacan possibilita ao museu a criação de metadados personalizados, o que facilita processos comunitários e colaborativos, pois, com eles, o museu pode se manter sempre em processo de transformação, assim como sua população focal.

1.5.1.1 Acervos de Pesquisa

Acervos de Pesquisa são acervos dedicados a cada pessoa pesquisadora convidada pelo AHMUTHA ou pelo MUTHA, dispostos em ordem alfabética – cada pessoa pesquisadora terá uma coleção e/ou fundo com seu nome composto pelos seus materiais ou pelos materiais que coletar. Atualmente as coleções do Acervos de Pesquisa estão em processo de musealização, mas há duas (2) coleções disponíveis aos públicos no museu (*website*) (Coleção Ian Habib e Coleção Juno Nedel) e três (3) em processo de cadastramento para disponibilização aos públicos (Coleção Amiel Vieira, Coleção Luiz Morando e Coleção MUTHA, que é subdividida em Do MUTHA e Sobre o MUTHA).

1.5.1.2 Acervos Transcestrais

Acervos Transcestrais são dedicados a importantes personalidades históricas, pessoas trans falecidas ou assassinadas, com suas biografias de vida, também em ordem alfabética. O nome, que é amplamente utilizado na comunidade, foi inspirado na pesquisa sobre transmasculinidades de Repolês (2017). Em 2024, os Acervos Transcestrais ganharão seus cem (100) primeiros itens e suas primeiras coleções.

1.5.1.3 Arquivo Vivo

Arquivo Vivo é uma tecnologia de manipulação de dados com curadoria e musealização compartilhada, criada para que pessoas trans vivas possam se autoarquivar e automusealizar, enviando seus próprios objetos, definindo suas narrativas, participando ativamente do processo de musealização e gerindo a documentação museológica dos itens selecionados, como o momento de preenchimento das fichas de catalogação, dos textos da sua coleção, entre outros.

Esses processos são algumas das ferramentas metodológicas do MUTHA para construir metodologias comunitárias e colaborativas em conjunto com a sociedade civil. Assim, a própria pessoa doadora torna-se curadora, musealizando e enviando os seus objetos através de uma

tecnologia online disponibilizada no site do Museu. O Arquivo Vivo tem seis (6) coleções musealizadas, sendo quatro (4) coleções disponíveis para o acesso dos públicos no repositório digital Tainacan, a Coleção Fabiane Galvão, a Coleção Keila Simpson, a Coleção Kelly Passos e a Coleção Karla Zhand; e duas (2) coleções ainda não disponíveis para o acesso dos públicos, a Coleção Yunna Vitória/Theo Brandon e a Coleção Sissy Kelly, que estão ainda na reserva técnica, musealizadas e aguardando cadastramento na plataforma.

Além delas, o acervo tem cinco (5) coleções com processo de musealização iniciados, cujos objetos já estão em posse do museu, mas precisam ser documentados e disponibilizados, sendo elas: Coleção Luciana Vasconcellos, Coleção Cláudia Schwabacher, Coleção Vanusa Alves, Coleção Dicca Rios e Coleção Alan Lady. Em 2024, o Arquivo Vivo ainda ganhará outras seis (6) novas coleções. Todos os itens que compõem as coleções do Arquivo Vivo foram adquiridos por meio de contrato de doação.

1.5.1.4 Acervos MUTHANTES

Acervos MUTHANTES é um acervo com outras produções experimentais do próprio museu, que incluem intangíveis (performances, manifestações populares, outras) e obras de arte.

1.6 Exposição e tecnologias de produção e preservação de arquivos

O MUTHA tem uma (1) exposição e algumas tecnologias de formação e preservação de arquivos que não são parte de seu acervo. O museu tem interesse em torná-las parte de seu acervo. São elas:

1.6.1 Arquivo Artístico de Dados

As obras que compõem o Arquivo Artístico de Dados (AAD) são um amplo espectro de itens arrolados via tecnologia de formação de arquivos para produção de dados, ou seja, não são parte do acervo do museu, mas, sim, de um banco de empregabilidade gerenciado mediante curadoria compartilhada entre museu e artistas. As pessoas enviam seus materiais a partir de uma ficha Google Forms, disposta no site do museu, na página do AAD, em um botão de nome “Arquive-se”, e autorizam que seus materiais sejam arquivados. Caso o museu aprove o envio, as pessoas são cadastradas.

1.6.2 Exposição *Transespécie/Transjardinagem*

A exposição de longa duração “Transespécie/Transjardinagem” também não é parte do acervo do museu. O museu produziu um livro na forma de catálogo, para difusão dos itens da exposição (Habib, 2021b). O livro tem acesso grátis e livre¹⁰.

10 Disponível em: <https://mutha.com.br/livro/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

1.7 Acervos e arquitetura digital

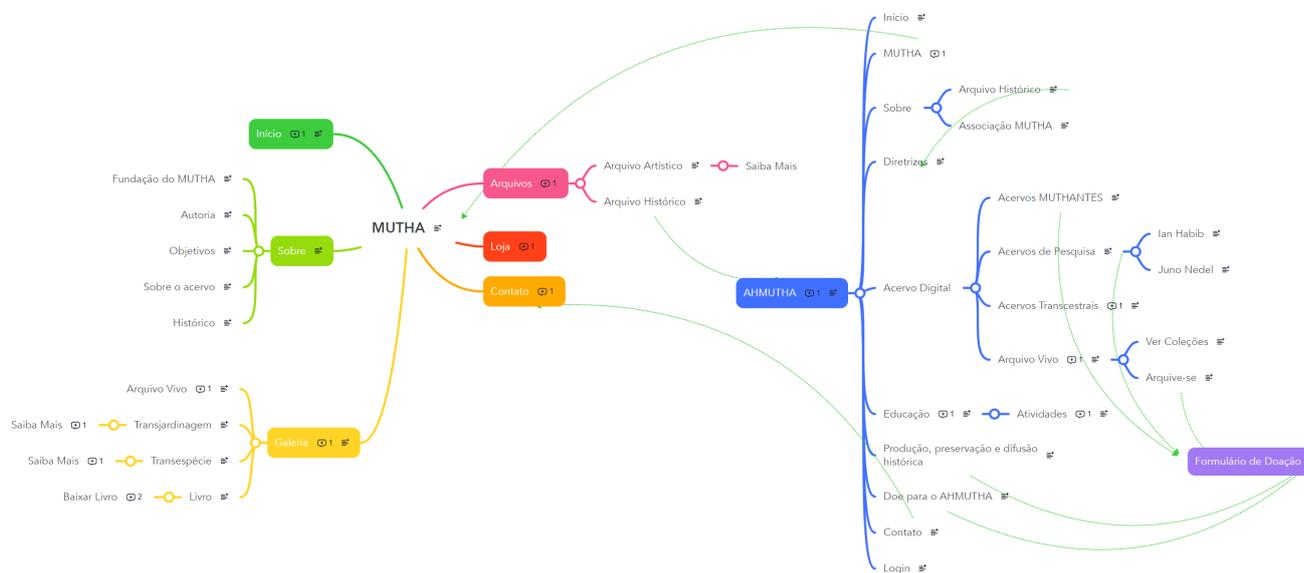
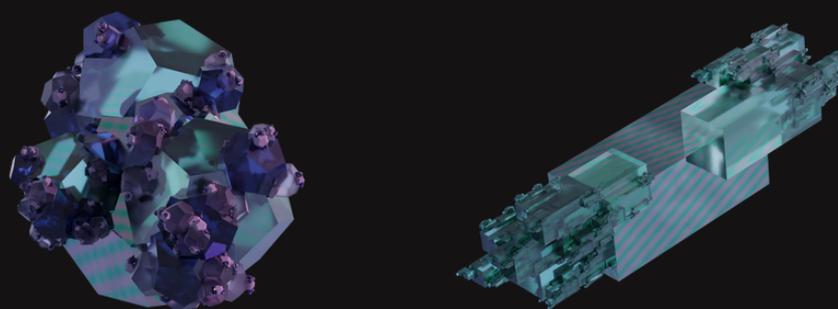


Figura 1 – Mapa de navegação do Muta.

Fonte: MUTHA (2024). 2024 Recap

Made for Denu

hardcore/ brea



SEGUNDA TRANSIÇÃO: DIAGNÓSTICO DE ACERVOS

2.1 Documentação museológica

O Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) iniciou o processo de musealização, formação de coleções e documentação de acervos no ano de 2022, tendo registrado toda a metodologia utilizada para tal, no documento “Diretrizes para o Arquivo Histórico (AHMUTHA) do Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA)”, de autoria de Ian Habib, Mayara Lacal e Juno Nedel, que serviu como base para os processos até o desenvolvimento desta Política de Acervos. Esta segunda transição é, então, uma parte desse documento. A preocupação se deu uma vez que, desde os anos iniciais do museu, existia o entendimento de que a documentação museológica é fundamental para estabelecer os procedimentos necessários para a sistematização e acessibilidade dos acervos, garantindo, desse modo, uma gestão eficiente que permita aos públicos, pesquisadores e sociedade acessar as histórias, memórias e informações provenientes dos objetos e práticas musealizadas sobre a população corpo e gênero diversa do/no Brasil e além.

Portanto, no MUTHA, a documentação museológica é uma atividade essencial para a integridade e preservação do acervo, garantindo tanto a organização detalhada dos itens quanto o acesso seguro dos públicos às suas informações. Em conformidade com a Lei nº 11.904, de 2009, conhecida como Estatuto de Museus (Brasil, 2009), e com a Lei nº 12.840, de 2013 (Brasil, 2013), que reforça a preservação e o acesso ao patrimônio cultural brasileiro, o museu assegura que cada item receba um registro completo, incluindo identificação, descrição, estado de conservação, origem e localização atual, entre outros metadados considerados essenciais para a recuperação de informação sobre seus objetos digitalizados e nato digitais.

No Museu Transgênero de História e Arte, a documentação museológica tem como compromisso central difundir e salvaguardar a memória da população corpo e gênero variante brasileira, contribuindo para uma gestão de acervos que seja capaz de efetivar o cumprimento da função social da instituição. Tal compromisso ético e técnico busca acessibilizar esses acervos para que possam também servir de base para ações educativas e culturais diversas, para o desenvolvimento de

pesquisas e para promoção da dignidade humana, todas alinhadas à missão, à visão, aos valores e aos propósitos do museu.

Nesse sentido, a documentação museológica desenvolvida pelo MUTHA não se limita a uma prática administrativa, mas constitui um componente indispensável para a preservação, pesquisa e comunicação das coleções. A documentação, portanto, vai além do simples registro; ela é o processo que organiza, registra e gerencia informações sobre cada objeto, garantindo que o museu compreenda plenamente seu acervo em construção. Ao realizar um registro detalhado das características, da proveniência e do contexto histórico/cultural das peças, o MUTHA preserva as narrativas e os significados que acompanham cada item, promovendo uma relação de proximidade entre o acervo e a sociedade.

Assim, o MUTHA compreende que uma política de acervos deve ser construída priorizando a documentação museológica como prática estruturante de sua gestão de acervos. Ao fazê-lo, o museu assume seu compromisso com a missão de salvaguardar e divulgar o patrimônio cultural das pessoas corpo e gênero variantes brasileiras, garantindo que a sociedade atual e as gerações futuras possam compreender e valorizar esse legado como um bem coletivo que constrói as memórias e histórias nacionais, contribuindo com a redução do apagamento sistemático dessas existências, com a construção de políticas públicas para a memória e com a promoção da saúde cultural da população.

Inicialmente o processo de documentação e suas diretrizes foi desenvolvido considerando apenas a construção do Arquivo Histórico do Museu (AHMUTHA) como um primeiro esboço de definição do conteúdo e da natureza do AHMUTHA, sugerindo, assim, os critérios iniciais de orientação para as atividades de curadoria, tratamento, aquisição, documentação, organização, manutenção e descarte do patrimônio cultural a ser constituído, salvaguardado, pesquisado e difundido. A elaboração das diretrizes iniciais foi fundamental para o desenvolvimento da documentação do museu, e contou com a participação de pessoas antropólogas, museólogas, ativistas, artistas, historiadoras, escritoras, pesquisadoras e professoras vinculadas a universidades e instituições federais, bem como profissionais técnicas de diversas áreas de atuação. Portanto, as diretrizes iniciais para a gestão de acervos do museu teve a

interdisciplinaridade como um de seus eixos norteadores, no entendimento e no reconhecimento do potencial crítico da multiplicidade de lugares de fala e saber.

O desenvolvimento da documentação foi iniciado com a construção das coleções para o eixo temático Arquivo Vivo, que, até o momento de sua construção, compunham o Arquivo Histórico do museu, contudo, ao ser elaborado e desenvolvido o Plano Museológico da instituição, ficou evidente a necessidade de expansão dessas práticas para o desenvolvimento de outras coleções e eixos temáticos. Sendo assim, as metodologias que serão apresentadas e avaliadas a seguir serão utilizadas amplamente na construção dos acervos do museu, não estando restritas apenas à construção das coleções que compreendem o AHMUTA.

2.2 Etapas e procedimentos de Documentação Museológica

As etapas e procedimentos empregados nos acervos do MUTHA foram pensadas considerando, como citado anteriormente, a legislação vigente brasileira sobre a temática, ainda que ela não alcance plenamente as necessidades e as características apresentadas pelo museu, tanto aquelas relacionadas à sua temática central, quanto no que concerne à sua tipologia nato-digital. Esses fatos fizeram com que a metodologia utilizada fosse desenvolvida pela equipe do museu de forma inovadora, inventiva e experimental. Também foi utilizado como referência o segundo volume do manual *Documentação Museológica e Gestão de Acervo - Coleção Estudos Museológicos*, desenvolvido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), com autoria de Renata Padilha (2014).

É importante ressaltar que o eixo norteador da interdisciplinaridade, das narrativas em primeira pessoa e da participação social, foi a base para o desenvolvimento dos documentos institucionais do acervo e das metodologias utilizadas. Desse modo, o desenvolvimento dos procedimentos foi efetivado por meio de uma equipe multidisciplinar, de modo que o Livro Tombo Digital, o Arrolamento, a Identificação/Codificação do objeto e a Ficha de Catalogação foram pensados e desenvolvidos considerando as características do museu, a necessidade de adaptação para o ambiente virtual das metodologias comumente utilizadas, a participação social efetiva e o protagonismo das pessoas corpo e gênero variantes em todas as suas etapas e procedimentos.

Nesse sentido, serão destacados abaixo os passos para o tratamento documental, que deve ser realizado desde o momento em que o Museu Transgênero de História e Arte adquire o objeto e/ou a coleção até o seu processo de interpretação e organização.

2.3 Livro Tombo Digital

O Livro Tombo é o documento desenvolvido para registrar todos os objetos que constituem o seu acervo, permitindo que o museu tenha o controle da vida e do trânsito desse objeto ao ser incorporado na instituição, ou seja, do objeto que entra (musealizado), sai (empréstimo/doação/alienação), ou que é perdido ou roubado. Ao ser registrado no Livro Tombo, o objeto ganha a característica de acervo museal, que o legitima como documento e como bem cultural da instituição e da sociedade brasileira. Desse modo, ao documentar a vida do objeto, o museu protege seu acervo de possíveis destruição ou descaracterização, preservando-o a favor da memória coletiva e do cumprimento de sua função social.

Quando foi criado, o Livro Tombo servia como um documento para museus físicos, e, portanto, era recomendada a utilização de um caderno de ata ou de livro específico para este fim, que deveria ser manuscrito e sem rasuras, contendo Termo de Abertura (utilizado no primeiro livro tomo, e na abertura de outros quando houver necessidade) e Termo de Fechamento (utilizado quando todas as folhas do livro físico foram preenchidas). Contudo o MUTHA é um museu nato-digital, ou seja existe apenas no ambiente virtual, de modo que as regras estabelecidas para a criação desse documento institucional precisaram ser adaptadas, uma vez que todos os procedimentos da instituição acontecem exclusivamente no ambiente digital.

Sendo assim, foi desenvolvido o “Livro Tombo Digital” (2022) do Museu Transgênero de História e Arte, em arquivo nato-digital, com regras de uso e preenchimento pensadas para sua característica fundante. Primeiro foi desenvolvido o Termo de Abertura do Livro, assinado digitalmente pela plataforma GOV.BR. Essa escolha se deu uma vez que a assinatura reconhecida pelo Governo Federal tem validade e legitimidade em todo território nacional.

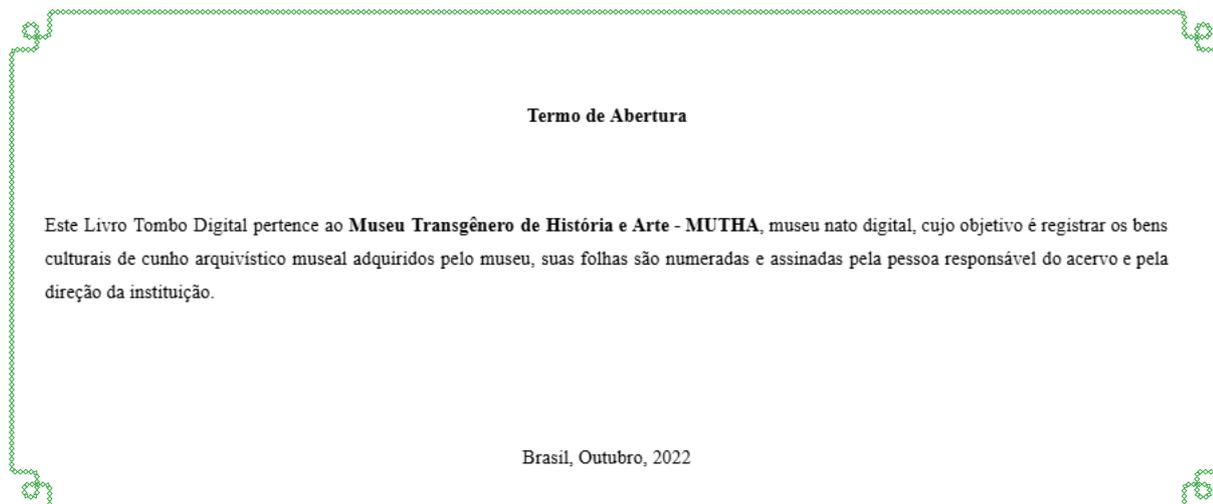


Figura 2 - Livro Tombo Digital do MUTHA.

Fonte: MUTHA (2024).

No segundo momento, foi desenvolvido o documento referente ao livro tomo, no qual foi possível aproveitar a estrutura utilizada pelos museus físicos, acrescentando outros campos de informação importantes para o MUTHA e retirando outros não necessários ao museu. Foram considerados os seguintes metadados:

- ⊗ Número de tomo: é o registro de tombamento, que identifica o objeto como patrimônio da instituição, realizado a partir de uma numeração corrida. Exemplo: 01, 02, 03, 04 e, assim, sequencialmente.
- ⊗ Número de registro: número estipulado pelo museu para o registro de identificação/codificação do objeto no acervo.
- ⊗ Nome do objeto: diz respeito ao nome do objeto dentro da coleção de origem, atribuído pela pessoa doadora.
- ⊗ Objeto: diz respeito à informação que apresenta o que é o objeto, como, por exemplo, foto, recorte de jornal, obra de arte nato-digital entre outros.
- ⊗ Período: diz respeito ao período/data do objeto em si. Exemplo: data que uma foto foi tirada, data da publicação de uma matéria no jornal, entre outros.
- ⊗ Data de aquisição: é a informação referente à data em que o objeto é adquirido pelo museu.

- ⌘ Forma de aquisição: é a forma como o objeto foi adquirido pelo museu. Exemplo: doação, comodato, compra, entre outros.
- ⌘ Pessoa Doadora: é a informação referente ao nome da pessoa que doou o objeto ao museu.
- ⌘ Origem: Cidade/Estado federativo de onde o objeto se origina.
- ⌘ Procedência: Cidade/Estado federativo onde o objeto estava salvaguardado até ser incorporado no acervo pelo museu.
- ⌘ Observação: diz respeito a possíveis informações adicionais a serem preenchidas sobre o objeto, como empréstimo, perda, roubo, alienação entre outras que foram julgadas importantes pela equipe do museu, para informar o caminho percorrido pelo objeto.
- ⌘ Responsável: Pessoa responsável pelo registro do objeto no livro tomo digital.

Figura 3 - Mostra do Livro Tombo Digital.

n° do tomo	n° de registro	Nome do objeto	objeto	período	data de aquisição	forma de aquisição	pessoa doadora	origem	procedência	Observação	Responsável
1	MUTHA.AH.AD.AV.TBYV.2022.0001	DNV de Dionísio Santana Brandon.	Declaração de Nascimento Vivo - 2ª via cartório digitalizada	07/09/2019	18/05/2021	Doação	Theo Brandon e Yuna Vitória.	Salvador/BA	Salvador/BA		Mayara Lacal
2	MUTHA.AH.AD.AV.SK.2022.0002	Arquivo Vivo com Sissy Kelly	Vídeo	11/02/2022	11/02/2022	Doação	Não	Santa Luzia/MG	Santa Luzia/MG		Mayara Lacal
3	MUTHA.AH.AD.AV.SK.2022.0003	Transcrição de ARQUIVO VIVO com Sissy Kelly	Arquivo de texto - transcrição de entrevista	11/02/2022	11/02/2022	Doação	Não	Santa Luzia/MG	Santa Luzia/MG		Mayara Lacal
4	MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0004	Atras lança jornal escrito por travestis.	Recortes de jornal impresso digitalizado.	23/12/1999	15/02/2022	Doação	Keila Simpson	Salvador/BA	Salvador/BA		Mayara Lacal
5	MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0005.1 MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0005.2 MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0005.3	Marco fundamental da criação da Associação de Travestis de Salvador	Páginas de documento de celebração de convênio digitalizado.	05/12/1991	15/02/2022	Doação	Keila Simpson	Salvador/BA	Salvador/BA		Mayara Lacal

Fonte: MUTHA (2024).

Por sua característica digital, o documento em questão não precisa de um Termo de Encerramento, como os livros físicos. Suas páginas são numeradas e podem ser continuamente alimentadas com informações de novos objetos sempre que necessário. Em relação ao campo observações, quando houver necessidade de preenchimento, esta deverá conter no final do texto a data de sua inserção e o nome do responsável pela atividade. O preenchimento deve obedecer às regras de padronização estabelecidas, como fonte, espaçamento e caracteres utilizados.

Seu acesso é restrito a pessoas trabalhadoras do museu autorizadas, sendo elas: direção do museu, pessoa museóloga responsável. Outras pessoas só podem acessar o livro tombo mediante autorização do Museu, e nunca em formato editável. A informação sobre sua localização no arquivo institucional do museu é restrita a essas pessoas, por motivo de segurança digital e possível presença de dados sensíveis. Estando visível no documento “Mapeamento do Acervo Digital”, o acesso a este documento só é permitido a pessoas autorizadas.

2.4 Arrolamento ou inventário

A etapa inicial, que possibilita a contagem de todos os objetos que fazem parte do museu, é chamada de arrolamento ou inventário, e permite a criação de uma lista numerada para controle e identificação geral do acervo museológico na qual constam as informações iniciais de chegada dos objetos à instituição, o que constitui o primeiro reconhecimento detalhado. O inventário do MUTHA é, portanto o primeiro processo de documentação institucional dos objetos que compõem seu acervo, sendo por meio dele que a identificação/codificação do objeto é atribuída, facilitando a marcação correta dos arquivos digitais (objetos) e o preenchimento minucioso do Livro Tombo Digital.

No MUTHA o arrolamento dos objetos é feito por meio de um documento digital intitulado “Arrolamento de itens do Acervo Digital MUTHA e código alfanumérico de registro atribuído”, isso porque o código provisório de chegada dos itens é numeração corrida, exemplo, 0001, 0002, 0003 e assim por diante, contudo, nesse mesmo processo é atribuída a codificação permanente dos itens, feita para facilitar os procedimentos com arquivos digitais e otimizar as etapas de documentação, considerando a escassez e sazonalidade de recursos, e a equipe reduzida, de modo a otimizar os procedimentos de gestão de acervos da instituição. Na referida etapa também é realizada a marcação permanente nos objetos (nome dos arquivos digitais). Os objetos são sempre incorporados por coleções e, portanto, o documento foi dividido por cada uma dessas coleções em listagem e numeração corridas, contendo os seguintes metadados:

- ⌘ **Nome da coleção:** diz respeito ao nome da coleção a que o objeto pertence. Definida já na entrada ao museu.
- ⌘ **Número provisório:** diz respeito a numeração corrida para contagem dos objetos. Exemplo: 0001, 0002, 0003, 0004 e subsequentes.
- ⌘ **Identificação de chegada do arquivo digital no acervo:** diz respeito ao nome que o objeto, enquanto arquivo digital, tem ao chegar ao museu. Exemplo: 1.jpg, 28_page-0001.jpg, entre outros.

☞ **Número de registro atribuído:** diz respeito ao código alfanumérico atribuído pelo museu ao objeto (marcação/codificação permanente). Exemplo: MUTHA.AH.AD.AV.TBYV.2022.0001, MUTHA.AH.AD.AV.SK.2022.0002 entre outros.

☞ **Responsável:** diz respeito ao nome da pessoa responsável pelos procedimentos de arrolamento do objeto e atribuição do código de registro definitivo. Além de conter a data que foi feita esta etapa de documentação.

Número tombo	Eixo Temático	Coleção	Identificação de chegada do arquivo digital no acervo.	Número de Registro atribuído	Responsável
0001	Arquivo Vivo	Theo Brandon e Yuna Vitória	1.jpg	<u>MUTHA.AH.AD.AV.TBYV.2022.0001</u>	Mayara Lactal 17/08/2022
0002	Arquivo Vivo	Sissy Kelly	2.jpg	MUTHA.AH.AD.AV.SK.2022.0002	Mayara Lactal 17/08/2022
0003	Arquivo Vivo	Sissy Kelly	3.jpg	MUTHA.AH.AD.AV.SK.2022.0003	Mayara Lactal 17/08/2022
0004	Arquivo Vivo	Keila Simpson	<u>28_page-0001.jpg</u> (recorte de jornal digitalizado)	MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0004	Mayara Lactal 17/08/2022
0005.1	Arquivo Vivo	Keila Simpson	<u>29_page-0001.jpg</u> (documento digitalizado)	MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0005.1	Mayara Lactal 17/08/2022
0005.2	Arquivo Vivo	Keila Simpson	<u>29-copy-0_page-0001.jpg</u> (documento digitalizado)	MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0005.2	Mayara Lactal 17/08/2022
0005.3	Arquivo Vivo	Keila Simpson	<u>30_page-0001.jpg</u> (documento digitalizado)	MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0005.3	Mayara Lactal 17/08/2022
0005.4	Arquivo Vivo	Keila Simpson	<u>31_page-0001.jpg</u> (documento digitalizado)	MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0005.4	Mayara Lactal 17/08/2022

Figura 4 - Mostra do Inventário.

Fonte: MUTHA (2024).

Assim como outros documentos institucionais, só é possível acesso ao documento editável por pessoas responsáveis técnicas do museu (museólogas, conservadoras e estagiárias) e pela direção da instituição. A informação sobre sua localização no arquivo institucional do museu é restrita a essas pessoas, por motivo de segurança digital e da possível presença de dados sensíveis. Estando visível no documento Mapeamento do Acervo Digital, o acesso a este documento só é permitido a pessoas autorizadas.

2.5 Identificação do objeto: numeração e marcação

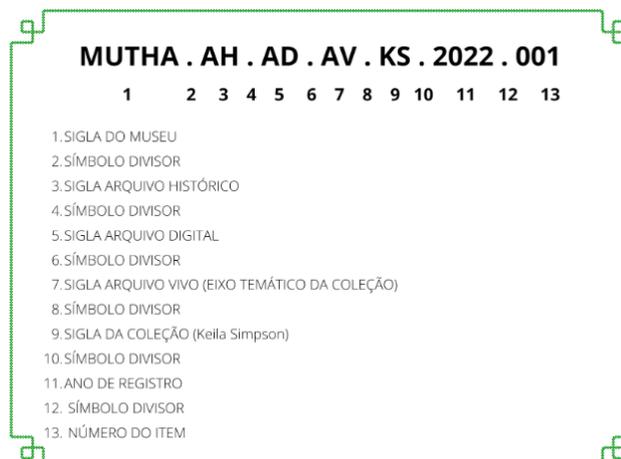
A identificação/codificação e marcação do objeto museológico é uma etapa fundamental do processo de documentação do acervo, e visa à sua identificação. É uma atividade crucial para garantia de autenticidade e de segurança ao objeto museológico, bem como para a recuperação das suas informações documentais. Quando pensamos em um museu nato-digital, ela se torna ainda mais importante, sendo uma das primeiras etapas do processo de documentação estabelecido pelo MUTHA.

Como o museu optou por condensar a função do inventário/arrolamento junto à identificação dos objetos (marcação/codificação definitiva), a codificação e marcação feita no objeto digital (arquivo digital) acontece simultaneamente à etapa de listagem inicial feita no arrolamento. Ou seja, o objeto recebe seu número de registro (numeração corrida, 0001, 0002, 0003, 0004) no documento “Arrolamento de itens do Acervo Digital MUTHA e código alfanumérico de registro atribuído”, em seguida é desenvolvida sua codificação e, após, é feita a marcação com o código no arquivo digital correspondente ao objeto, alterando seu nome inicial de entrada e recebimento (geralmente feito pela pessoa doadora).

O sistema de codificação utilizado pelo MUTHA foi pensado para estabelecer uma ordenação que facilite o acesso à informação, pois é esse acesso que definirá uma documentação funcional para todas as práticas do museu. Desse modo, considerando recuperação de informação e as características institucionais norteadoras, foi desenvolvido um sistema de codificação alfanumérico, que é a codificação elaborada a partir de letras e números, multipartidos e divididos por caracteres. Exemplo:

Figura 5 - Sistema de codificação alfanumérico.

Fonte: MUTHA (2024).



A definição de uma codificação alfanumérica multipartida acontece uma vez que o museu possui divisões específicas em sua estrutura organizacional, sendo estas divisões importantes de serem marcadas tanto para localização do acervo quanto para recuperação da informação.

O número localizado na posição treze, final, diz respeito à numeração sequencial de entrada do objeto como acervo do museu. Diferente da data, que se modifica a cada ano, o número sequencial obedece a uma ordem numérica sempre crescente, não zerando a cada ano, mas, sim, progredindo continuamente.

Quando o objeto possuir partes divididas que compõem sua estrutura (como, por exemplo, documento com várias páginas), o número de registro deverá ter a mesma numeração incluída em todas as partes; porém, é necessário o acréscimo de números ou letras minúsculas para representar as subdivisões. Por exemplo:

Com número:

⌘ MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0001.1 (página 1)

⌘ MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0001.2 (página 2)

2.5.1 Siglas

As siglas utilizadas para o museu e suas divisões estruturais são as mesmas utilizadas pela instituição para se referir a cada setor, como MUTHA (Museu Transgênero de História e Arte), AH (Arquivo Histórico), AD (Arquivo Digital), AV (Arquivo Vivo- Eixo Temático).

As siglas sugeridas para as coleções iniciais do AV (Arquivo Vivo) foram pensadas considerando a primeira, segunda e terceira (quando houver) letra, respectivamente correspondentes ao nome e sobrenome das pessoas e vidas automusealizadas e ou autoarquivadas. Exemplo:

VA : Coleção Vanusa Alves

LV: Coleção Luciana Vasconcellos

FG: Coleção Fabiane Galvão

KP: Coleção Kelly Passos

YVTB: Coleção Yuna Vitória e Theo Brandon

KS: Coleção Keila Simpson
 DR: Coleção Dicca Rios
 CS: Coleção Claudia Schwabacher
 AL: Coleção Alan Lady
 KZJ: Coleção Karla Zhand de Jesus

Caso duas coleções apresentem a mesma sigla será necessário a inserção de uma letra minúscula para diferenciar a coleção que posteriormente for registrada, começando pela primeira letra do alfabeto e assim sucessivamente.

Exemplo:

MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0001 (coleção Keila Simpson - primeira registrada)

MUTHA.AH.AD.AV.KSa.2023..0001 (coleção Kátia Souza/ fictício - registrada após a sigla KS, já estar inserida no sistema)

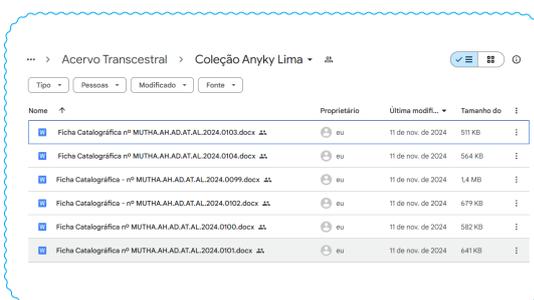
O mesmo processo pode ser pensado para outros eixos temáticos e suas possíveis coleções, facilitando a construção de um padrão informacional que auxiliará na localização e recuperação das informações sobre o acervo do museu.

2.5.2 Marcação

Atualmente o MUTHA conta apenas com acervo digital (nato-digital e digitalizado), o que implica numa marcação virtualizada. Desse modo, a marcação é feita no próprio objeto, ou seja, atribuindo o número de registro ao nome do arquivo digital correspondente ao item que se encontra hospedado em nuvem (drive). Isso facilitará a localização do objeto na reserva técnica virtual do museu. Exemplo:

Figura 6 - Mostra de marcação.

Fonte: MUTHA (2024).



Nome	Proprietário	Última modif...	Tamanho de
Ficha Catalográfica nº MUTHA.AH.AD.AT.AL.2024.0103.docx	eu	11 de nov. de 2024	511 KB
Ficha Catalográfica nº MUTHA.AH.AD.AT.AL.2024.0104.docx	eu	11 de nov. de 2024	564 KB
Ficha Catalográfica - nº MUTHA.AH.AD.AT.AL.2024.0099.docx	eu	11 de nov. de 2024	1,4 MB
Ficha Catalográfica - nº MUTHA.AH.AD.AT.AL.2024.0102.docx	eu	11 de nov. de 2024	679 KB
Ficha Catalográfica nº MUTHA.AH.AD.AT.AL.2024.0100.docx	eu	11 de nov. de 2024	582 KB
Ficha Catalográfica nº MUTHA.AH.AD.AT.AL.2024.0101.docx	eu	11 de nov. de 2024	641 KB

2.6 Ficha de catalogação

A ficha de catalogação é uma ferramenta central para a documentação, pesquisa, preservação e difusão dos acervos museológicos, permitindo o registro sistemático e padronizado das informações sobre os objetos. Na gestão de acervos do MUTHA, essa ferramenta assume um importante papel, pois organiza os dados que, sem a catalogação, poderiam se perder ou permanecer apagados e invisíveis à sociedade brasileira. Segundo Bottallo (2010, p. 63), a ficha “[...] não é um documento, mas uma ferramenta de trabalho que reúne uma série de informações que, de outra forma, estariam dispersas”. Essa ferramenta possibilita que as memórias e contribuições sociais envolvidas na trajetória do objeto possam ser visualizadas e acessadas pela sociedade, democratizando o acesso das pessoas às diferentes narrativas.

A padronização dos metadados e o controle e expansão terminológica pensados pelo museu auxiliam na recuperação de informações para garantir que a ficha de catalogação cumpra sua função de modo a permitir a difusão de tais informações sobre o objeto. No MUTHA, a aplicação de padrões documentais é essencial para facilitar tanto o acesso ao conhecimento dos objetos quanto o planejamento de ações de preservação, pesquisa e promoção de atividades educativas e culturais. Ainda conforme Bottallo (2010), a documentação museológica deve ser rigorosamente padronizada e, para que todos os envolvidos no processo de catalogação estejam alinhados, é crucial desenvolver e revisar sistematicamente manuais de procedimentos que orientem o uso correto e o preenchimento de cada campo da ficha, campos que podem e devem ser modificados conforme as necessidades que se apresentam à instituição, representando as demandas do museu, bem como sua visão, missão e valores.

Desse modo, a ficha de catalogação no MUTHA é uma ferramenta chave na política de acervos e para o funcionamento do museu como um todo. Ela não apenas registra as características físicas e históricas dos objetos, mas também promove a manutenção de sua integridade e a perpetuação das diferentes memórias e identidades/produções culturais das pessoas gênero e corpo diversas brasileiras. A padronização e

a atualização contínua desses registros são medidas que reforçam o compromisso do museu com a preservação e o compartilhamento de conhecimentos por meio de seu acervo, alinhando-se às boas práticas em documentação museológica.

Para o desenvolvimento das fichas de catalogação do museu e da metodologia utilizada para seu preenchimento foram considerados aspectos que vão ao encontro de sua tipologia digital, da efetiva participação social e do protagonismo das histórias e pessoas representadas pelos objetos. Desse modo, o procedimento descrito a seguir foi adotado.

Foi criado um modelo de ficha cujas informações são divididas em dois grupos de metadados: identificação e características do objeto; e informações contextuais. O primeiro aspecto refere-se aos dados sobre a identificação do objeto no acervo, incluindo suas características físicas (estado de conservação, objeto em si, nato-digital ou digitalizado, entre outras) enquanto o segundo se concentra nas informações sobre a história, memória do doador, simbolismos e usos do objeto dentro do contexto do museu. Com uma equipe multidisciplinar e considerando as necessidades do museu e das pessoas que ele representa, foram definidos os metadados dispostos a seguir.

2.6.1 Identificação e características do objeto

- ⌘ **Número de tombo:** é o registro que identifica o objeto como patrimônio do museu por meio de uma numeração corrida.
- ⌘ **Número de registro:** é uma numeração estipulada pelo museu para o registro de identificação do objeto no acervo museológico.
- ⌘ **Outros números:** diz respeito a números antigos registrados no objeto, por exemplo, na ocasião de ter pertencido a outra instituição ou porque o museu renumerou seu acervo.
- ⌘ **Localização na instituição:** trata-se do local onde está o objeto, o que facilita a sua recuperação física de forma fácil e eficiente, como, por exemplo, se ele está na reserva técnica, se está na exposição, se foi emprestado, entre outros.
- ⌘ **Objeto:** apresenta o que é o objeto, como, por exemplo, quadro, vestido, entre outros.

- ⌘ **Título:** quando houver.
- ⌘ **Autoria:** diz respeito aos tipos de autorias envolvidas com o objeto, como, por exemplo, pessoas fotógrafas, estúdios, fábricas, artistas, jornais entre outros.
- ⌘ **Identidade e subjetivação:** diz respeito aos metadados que indicam marcadores sociais referentes às pessoas entrevistadas ou às pessoas cujos itens se referem.
- ⌘ **Descrição intrínseca:** refere-se à descrição física do objeto, como, por exemplo, a identificação de marcas ou de algumas assinaturas legíveis, entre outros.
- ⌘ **Dimensões:** é a medição do objeto em largura, comprimento, altura, peso e diâmetro e outras unidades de medidas que possam ser atribuídas a objetos digitais
- ⌘ **Material:** diz respeito ao tipo de matéria pelo qual o objeto é formado. (digitalizado/nato-digital)
- ⌘ **Origem:** local onde o objeto foi produzido
- ⌘ **Procedência:** é a informação que apresenta o local de onde vem o objeto antes de ser adquirido pelo museu.
- ⌘ **Observações:** é um metadado amplo, que tem por função complementar a informação que não se encontra em outros dados registrados na ficha.
- ⌘ **Tipo de aquisição:** doação, legado, compra, coleta, permuta, empréstimo, depósito, transferência.
- ⌘ **Pessoa ex-proprietária:** visa identificar a antiga pessoa proprietária do objeto.
- ⌘ **Data de aquisição:** data referente à entrada do objeto no acervo do museu.
- ⌘ **Estado de conservação:** diagnosticar qual é a situação de conservação do objeto — se bom, regular, ruim ou péssimo.
- ⌘ **Classificação:** classificação etária do objeto e de seu conteúdo.

2.6.2 Informações contextuais

- ⌘ **Descrição extrínseca:** aborda as informações que contextualizam o objeto, como os aspectos históricos e simbólicos.
- ⌘ **Período:** diz respeito ao tempo aproximado do objeto (data precisa, década ou século).
- ⌘ **Referências bibliográficas:** trata-se das bases teóricas que possuem relação com o assunto do objeto.
- ⌘ **Objetos associados:** refere-se a outros objetos do acervo que podem estar diretamente ligados ao objeto descrito.
- ⌘ **Exposições:** é a informação que indica todas as exposições pela qual o objeto passou.
- ⌘ **Publicações:** diz respeito a todas as publicações nas quais o objeto foi divulgado. **Restauração:** trata-se do metadado que registra todas as intervenções de restauração que o objeto sofreu.
- ⌘ **Pesquisas:** aponta as pesquisas que foram realizadas com o objeto.
- ⌘ **Autorização de uso:** informa as possibilidades de uso e acesso do objeto.
- ⌘ **Observações:** é um metadado amplo, que tem por função complementar a informação que não se encontra em outros dados registrados neste grupo.
- ⌘ **Registrado por:** diz respeito ao nome do responsável técnico que descreveu as informações na ficha.
- ⌘ **Data de registro:** informar a data completa (dia, mês e ano) do registro na ficha.
- ⌘ **Tags:** conjunto de palavras-chave sobre o objeto para melhor recuperação de informação sobre o item no ambiente digital (repositório Tainacan).

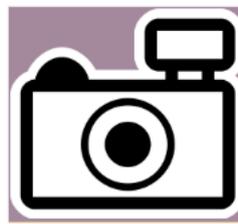
Além dos metadados citados comumente utilizados, foram inseridos quatro novos considerando a demanda e vontade do museu, são eles: Origem, Classificação, Identidade e Subjetivação e Tags. Cada ficha de catalogação além das informações acima, contém também uma foto/

miniatura do objeto como pode ser observado no modelo atual da ficha de catalogação do museu:

Fig. 7

Figura 7 – Mostra de ficha de catalogação 1.

Fonte: MUTHA (2024).



Identificação e características do objeto:

Número de tombo:

Número de registro:

Outros números:

Localização na instituição:

Objeto:

Título:

Autoria:

Identidade e subjetivação:

Descrição intrínseca:

Dimensões:

Material:

Origem:

Procedência:

Observações:

Tipo de aquisição:

Ex-proprietária:

Data de aquisição:

Estado de conservação:

Classificação:

Informações contextuais:

Descrição extrínseca:

Período:

Referências bibliográficas:

Objetos associados:

Exposições:

Publicações:

Restauro:

Pesquisas:

Autorização de uso:

Observações:

Registrado por:

Data de registro:

Tags:

Figura 8 - Mostra de ficha de catalogação 2.

Fonte: MUTHA (2024).

A metodologia para preenchimento da ficha conta com diferentes etapas, sendo divididas entre a equipe do museu e as pessoas doadoras. Após o desenvolvimento da ficha e do documento digital para preenchimento e armazenamento interno do museu, são feitas entrevistas virtuais roteirizadas com as pessoas doadoras, que podem participar ativamente do processo, preenchendo e fornecendo dados sobre o item, atuando diretamente no processo de documentação museológica, o produz um deslocamento do lugar de pessoas doadoras para tornarem-se também pesquisadoras. A entrevista é posteriormente transcrita e os dados são finalizados e inseridos no documento. Este documento interno é então colocado no Repositório Tainacan e disponibilizado aos públicos, como o exemplo abaixo:

Identificação e Características do Objeto

<p>Miniatura</p>  <p>Número de Tombo 4</p> <p>Número de Registro MUTHA.AH.AD.AV.KS.2022.0004</p> <p>Objeto Recortes de jornal impresso digitalizado.</p>	<p>Título Atras lança jornal escrito por travestis</p> <p>Autoria Matéria de (pessoa não identificada), fotografia de Claudionor Júnior para a coluna Folha da Bahia, jornal Correio da Bahia (Salvador/Bahia). Recorte de jornal realizado no Grupo Gay da Bahia - GGB (Salvador/Bahia).</p> <p>Identidade e Subjetivação Bahia Brasil Maranhão negra Nordeste Pedreiras preta Salvador Travesti Travestis</p> <p>Descrição Intrínseca Recorte de jornal digitalizado. Cabeçalho e corpo do jornal estão em recortes separados, mas a separação não prejudica a leitura da reportagem de capa. Nela, há uma foto de três travestis segurando um jornal.</p>	<p>Dimensões A4 (1.8mb)</p> <p>Material Digital</p> <p>Origem Salvador/Bahia</p> <p>Procedência Salvador/Bahia</p> <p>Tipo de Aquisição Doação</p> <p>Pessoa ex-proprietária Keila Simpson</p> <p>Data de Aquisição fevereiro 15, 2022</p> <p>Estado de Conservação Bom</p> <p>Classificação Etária Livre</p>
---	--	--

Figura 9 - Mostra dos dados no Repositório Tainacan 1.

Fonte: MUTHA (2024).

Informações Contextuais

Descrição Extrínseca	Período	Autorização de Uso
<p>"[...] eu lembro da reportagem Atras lança Jornal escrito por travestis, então, nesse período a gente já tinha a organização constituída, que foi em noventa e cinco, e a ideia desse jornal criado pela Atras, foi justamente pra gente se comunicar com a população de travestis. Porque é... era uma população de difícil acesso, continua sendo ainda hoje, e nós acreditávamos que ter um material que fosse feito por travestis, pensado por nós, para dialogar com essas travestis contando histórias nossas, coisas daqui de Salvador, e... mostrando fotografias de atividades, a gente poderia trazer mais é... pessoas para essa frente, pra essa instituição que tinha acabado de ser fundada que era a Atras. E era tão importante é... o lançamento de materiais como este, que deu notícias né, deu notícia na Folha da Bahia, a gente deu nesse jornal aí, eles publicavam bastante quando aconteciam essas coisas, porque não era muito comum ter nesse período né, as travestis se organizando para publicar materiais. [...] a Atras noventa e cinco, a Atras já nasce de fato por uma movimentação da Antra. A Antra faz o encontro nacional em noventa e três, que é o primeiro</p>	<p>23 de dezembro de 1999</p> <p>Objetos Associados</p> <p>Exposições</p> <p>Exposição virtual Arquivo Vivo no Museu Transgênero de História e Arte - Mutha, abertura 02 de março de 2022, longa duração, apoio do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura (Prêmio Cultura na Palma da Mão PABB) via Lei Aldir Blanc redirecionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal.</p> <p>Publicações</p> <p>Coluna Folha da Bahia, jornal Correio da Bahia (Salvador/Bahia).</p> <p>Restauração</p> <p>Transformado em PDF com Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) - responsável técnico Juno Nedel (14/09/2022)</p> <p>Pesquisas</p> <p>Pesquisa realizada pelo Museu Transgênero de História e Arte - Mutha para a construção da Exposição virtual Arquivo Vivo, apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura (Prêmio Cultura na Palma</p>	<p>Proibida a utilização total ou parcial desta fonte, em suas diversas formas, como printar imagens e textos, salvar, copiar, replicar, dentre outras. Apenas autorizada a divulgação de link de acesso e título. Para obter autorização para pesquisar, utilizar e citar o acervo do Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte, você deve fazer login e passar pelo processo de cadastramento e aprovação.</p> <p>Registrado por</p> <p>Ian Habib Juno Nedel Mayara Lacal</p> <p>Data de Registro</p> <p>fevereiro 20, 2022</p> <p>Tags</p> <p>anos 1990 anos 90 ANTRA Associação de Travestis de Salvador Atras bahia brasil década de 1990 Entlaids Folha da Bahia GGB Grupo Astral jornais Jornal idealizado por travestis mulher trans mulher transexual mulher transgênera mulher transgênero mulheres trans mulheres transexuais mulheres transgêneras mulheres</p>

Figura 10 - Mostra dos dados no Repositório Tainacan 2.

Fonte: MUTHA (2024).

Todas as fichas de catalogação disponibilizadas no Tainacan de forma gratuita e com classificação livre não possuem possíveis dados sensíveis, sendo as informações completas sobre cada objeto liberadas mediante o preenchimento do Termo de Pesquisa do museu, e a aprovação da solicitação por meio da direção da instituição.

O formulário de “Solicitação de Acesso ao AHMUTHA”, pode ser verificado no site¹¹. Nessa solicitação, as pessoas podem ver itens que não estão classificados como Livres, além de solicitar utilização de itens em pesquisas.

As fichas do MUTHA são preenchidas de forma colaborativa considerando a contribuição de diferentes agentes nesse processo. As fichas originais, assim como outros documentos institucionais, têm seu acesso restrito, ficando o documento editável disponível apenas para as pessoas responsáveis técnicas do museu (museólogas, conservadoras e estagiárias) e pela direção da instituição. A informação sobre sua localização no arquivo institucional do museu é restrita a essas pessoas por motivo de segurança digital e possíveis presença de dados. Estando visível no documento “Mapeamento do Acervo Digital”, o acesso a essa documentação só é permitido a pessoas autorizadas.

Durante a Consulta Pública para Desenvolvimento do Plano Museológico do Museu, “Qual o MUTHA dos seus sonhos?” (2024), foi possível receber dados sobre como os públicos têm percebido a qualidade das fichas de catalogação do museu:

Figura 11 - Dados produzidos na consulta “Qual é o MUTHA dos seus sonhos?”.

Gráfico 28 – Avaliação da ficha catalográfica dos itens dos acervos históricos do MUTHA

COMO VOCÊ AVALIARIA A FICHA CATALOGRÁFICA DOS ITENS CONTIDOS NOS ACERVOS HISTÓRICOS DO MUTHA [ARQUIVO DIGITAL]?

30 respostas



Fonte: MUTHA (2024).

11 Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/15UORp7-GjroPTKkwe2ULpql-TRtmxej-M6n2wyCGMA2I/edit>. Acesso em: 1 dez. 2024.

Com base na porcentagem acima, pode-se concluir que a maioria dos respondentes (86,6%) está satisfeita com a qualidade das fichas de catalogação utilizadas pelo museu. O dado indica que o processo adotado pela instituição tem repercutido positivamente entre seus diferentes públicos.

2.7 Estado de conservação

A avaliação do estado de conservação dos arquivos digitais é essencial para a preservação e para a acessibilidade do acervo do MUTHA. Em um contexto em que as tecnologias e formatos de arquivo evoluem rapidamente, é necessário adotar critérios rigorosos que permitam identificar e categorizar a condição de cada item, orientando ações de preservação e restauração quando necessário.

Para garantir a longevidade das memórias e expressões culturais preservadas pelo museu, os arquivos são classificados em quatro categorias de conservação: péssimo, ruim, regular e bom. Cada nível representa a integridade técnica e a acessibilidade do arquivo, além de sinalizar a necessidade de intervenções para preservar sua qualidade e relevância histórica. Essa classificação permite priorizar ações para evitar a deterioração, reduzir os riscos de perda e manter o acervo acessível a longo prazo.

A seguir, cada nível de conservação é descrito com detalhamento dos critérios utilizados, exemplos de arquivos e indicações das condições necessárias para sua preservação.

◆ Péssimo

Arquivos que não podem ser lidos pelas tecnologias atuais e não podem ser convertidos para formatos acessíveis;

Arquivos corrompidos ou excessivamente comprimidos, de modo que seu processamento é inviabilizado;

Arquivos sem extensão (extensão desconhecida ou ausente); e/ou

Arquivos que contêm vírus.

◆ Ruim

Arquivos em formatos que não são lidos pelas tecnologias atuais, mas que podem ser convertidos para formatos acessíveis, ainda que com perda considerável de qualidade;

Arquivos excessivamente comprimidos, o que permite visualização, mas com qualidade prejudicada;

Exemplos: fotografias, PDFs, áudios e vídeos que foram comprimidos inúmeras vezes; e/ou
Imagens, vídeos e áudios digitais que passaram por edição intensa, mantendo ainda alguma similaridade com o conteúdo original.

◆ Regular

Arquivos em formatos que ainda são lidos pelas tecnologias atuais, mas que estão caindo em desuso ou podem se tornar obsoletos em curto prazo;

Arquivos comprimidos poucas vezes, apenas para melhorar a visualização ou facilitar o compartilhamento na internet;

Exemplos: fotografias enviadas por aplicativos de mensagens, PDFs comprimidos, imagens otimizadas para a web, áudios gravados a partir de reprodução de outro áudio etc.; e/ou
Imagens, vídeos e áudios digitais editados que mantêm a maior parte do conteúdo original intacto.

◆ Bom

Arquivos em formatos amplamente lidos pelas tecnologias atuais, com baixa probabilidade de se tornarem obsoletos a curto prazo;

Imagens, vídeos e áudios digitais de excelente qualidade:

Vídeos: Arquivos em formatos de alta qualidade, como 4K Ultra HD;

Imagens: Arquivos em alta resolução, como 300 DPI (dots per inch);

Áudio: Arquivos com alta taxa de bits, como MP3 a 320 Kbps.

2.8 Gestão de acervos

2.8.1 Apresentação

O MUTHA realiza a gestão dos seus acervos digitais em diferentes categorias, cada uma refletindo um aspecto da história e das vivências de pessoas trans no Brasil, sempre em diálogo com sua missão. O acervo é composto por coleções arquivísticas e museais nato-digitais e/ou digitalizadas, organizadas de maneira híbrida, ou seja, todos os itens são digitalmente salvaguardados e musealizados, criando uma ponte entre os mundos arquivístico e museológico. Isso permite que o museu se mantenha acessível e inovador no cenário de preservação digital.

A metodologia de gestão de acervos do MUTHA se destaca por ser comunitária, interdisciplinar e construída a partir de uma abordagem profundamente interseccional e anticolonial. Essa metodologia está centrada em práticas de preservação digital e curadoria colaborativa, que buscam desafiar os modelos tradicionais dos processos de musealização e arquivamento, promovendo uma reescrita das narrativas históricas e culturais das pessoas trans brasileiras.

Como se percebe, o MUTHA apresenta um conjunto de características onde se visualizam impactos ao campo teórico da Museologia: produzido a partir de uma epistemologia própria — uma transepistemologia —, orientada por uma gestão e equipe trans, o MUTHA constrói um espaço museológico onde as demandas da própria comunidade possam ser atendidas e discutidas, problematizando, portanto, desde a denúncia à violência histórica sofrida pela comunidade, passando pela divulgação das produções e alcançando alternativas de estímulo à subsistência das pessoas artistas que ali se expõem. (Boita; Baptista; Habib; Sabará, 2022, p.23).

Portanto, o MUTHA oferece um modelo inovador de gestão de acervos, que desafia as tradições cisheteronormativa e coloniais dos museus e da Museologia. Ao adotar uma abordagem híbrida, interseccional e digital, o museu não só preserva a memória de pessoas trans, mas também propõe estratégias para uma virada museal na qual a curadoria e a gestão de acervos possam ser vivos, dinâmicos e transformadores.

2.8.2 Coleções

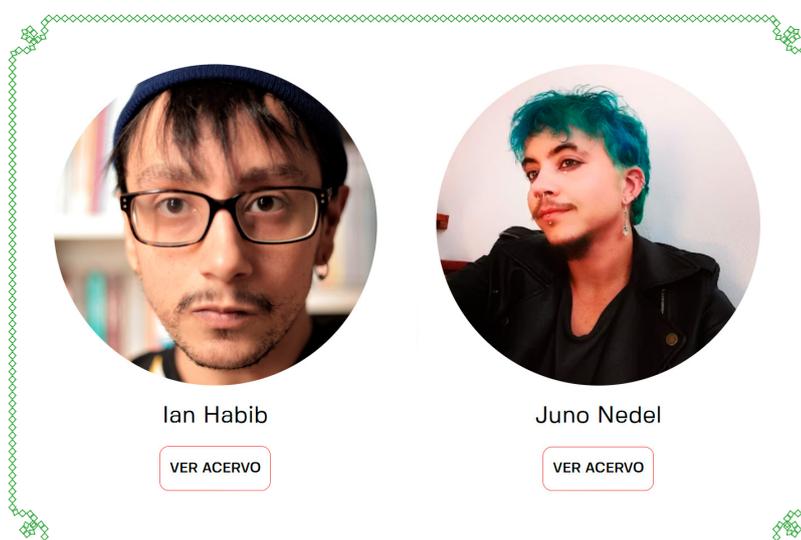
No MUTHA toda informação organizada por temas específicos pode ser compreendida como uma coleção digital. Esse conjunto de coleções formam os acervos. Ao todo, o museu possui quatro acervos distribuídos em diversas coleções. Diferente da maioria dos museus físicos e convencionais que possuem um único acervo e uma série de coleções, o MUTHA inova ao propor essa metodologia. Isso reforça o papel inovador do equipamento museal.

a) Acervos de Pesquisa

O acervo é dedicado às produções científicas e intelectuais de pessoas trans ou pesquisadoras envolvidas diretamente com a comunidade corpo e gênero diversas. Destaca-se por promover um espaço onde pessoas pesquisadoras, artistas e ativistas podem reunir e compartilhar suas investigações sobre temas como diversidade de gênero, transfeminismo, racismo estrutural, arte transgênera e resistência histórica. Ele também inclui trabalhos interdisciplinares, como ensaios, entrevistas e estudos de caso, que buscam documentar e problematizar as narrativas dominantes sobre corpos e gêneros dissidentes. Atualmente, o acervo é distribuído em duas coleções, Ian Habib e Juno Nedel.

Figura 12 – Mostra dos Acervos de Pesquisa.

Fonte: MUTHA (2024).



culturais. Essa tecnologia não só amplia o protagonismo dessas pessoas na construção de sua memória, mas também contribui para a consolidação de uma memória coletiva que visibiliza as pessoas trans. Cada pessoa doadora torna-se protagonista de sua própria narrativa, enviando materiais como fotos, vídeos, textos e documentos, que são imediatamente incorporados ao acervo digital do museu.

d) *Acervos MUTHANTES*

São reunidas produções experimentais, performáticas e artísticas que não seguem as convenções tradicionais de arquivo ou museu. Esses acervos são compostos por intangíveis, como performances, manifestações populares e outras expressões artísticas, incluindo obras de arte físicas e digitais. O acervo também abriga projetos desenvolvidos pelo próprio MUTHA que desafiam as formas estabelecidas para a salvaguarda e difusão de acervos digitais, propondo novas abordagens para a arte e para a história transgênera.

2.8.3 *Processos de aquisição*

A aquisição de itens é cuidadosamente alinhada com os princípios interseccionais, antirracistas e anticisheteronormativos que norteiam a gestão do museu. O MUTHA não adquire, no momento, objetos físicos, mas, sim, itens digitalizados e/ou nato-digitais, garantindo que a preservação seja voltada para formatos que permitam maior acessibilidade e segurança. Ressalta-se que os processos de aquisição, atualmente utilizados pelo museu, são:

a) *Doação*

O principal método de aquisição é a doação de materiais digitalizados e/ou nativos digitais por integrantes da comunidade ou pessoas pesquisadoras. Todos os itens doados precisam estar acompanhados de uma descrição detalhada fornecida pela pessoa doadora, que

também precisa comprovar ser a detentora dos direitos autorais sobre os materiais. Esses processos são formalizados através de termos de doação e de cessão de direitos.

b) Obras comissionadas

Em alguns casos, o MUTHA contrata na modalidade de comissionamento a produção de materiais, como entrevistas de história oral ou outros registros, remunerando quem participa por suas contribuições ao acervo, que, em contrapartida, produz e doa os direitos ao museu. Esse processo é importante para garantir que a coleta de dados seja justa e que as pessoas envolvidas sejam compensadas pelo seu tempo e pelos afetos mobilizados.

2.8.4. Difusão e acessibilidade digital

A metodologia do MUTHA enfatiza a difusão digital dos acervos como uma maneira de democratizar o acesso às produções artísticas e históricas transgêneras. Através do Tainacan, uma plataforma de código aberto para a gestão e difusão de acervos, o museu permite que o público busque e acesse os materiais digitalizados com facilidade, utilizando diversos filtros de metadados. A plataforma Tainacan possibilita uma metodologia de curadoria compartilhada, na qual o público pode interagir diretamente com as coleções, acessando informações detalhadas e contribuindo com a preservação e manutenção do conhecimento.

2.8.5 Análise dos pontos fortes e fracos da gestão de acervos

2.8.5.1 Pontos fortes

✿ **Curadoria participativa e protagonismo:** o Arquivo Vivo e os Acervos Transcestrais promovem uma curadoria colaborativa, na

qual as pessoas trans têm a oportunidade de se autoarquivarem e musealizarem suas próprias histórias.

- ⌘ **Foco interseccional e anticolonial:** a gestão do acervo é orientada por uma perspectiva interseccional, com forte compromisso antirracista, anticolonial e anticisheteronormativo.
- ⌘ **Preservação digital e acessibilidade:** a opção por disponibilizar parte do acervo na plataforma Tainacan garante maior acessibilidade ao público, além de permitir a preservação digital das coleções sem as limitações físicas de um acervo tradicional.
- ⌘ **Segurança e privacidade:** o MUTHA possui uma atenção especial à segurança digital. O museu possui políticas claras de proteção dos dados e da privacidade dos materiais, visando garantir a segurança e o direito à memória.
- ⌘ **Flexibilidade e inovação:** a proposta de um acervo híbrido e experimental, que inclui produções artísticas e performáticas contemporâneas, como nos Acervos MUTHANTES, demonstra flexibilidade e inovação na gestão do acervo.
- ⌘ **Compromisso com os princípios da museologia comunitária LGBTQIA+:** o acervo é construído e gerido em grande parte por pessoas trans e corpo e gênero diversas, com especial atenção à inclusão de pessoas pretas, indígenas, periféricas e com deficiência.

2.8.5.2 Pontos fracos

- ⌘ **Ausência de acervos físicos:** atualmente, o MUTHA não aceita ou preserva objetos físicos, concentrando-se apenas na digitalização de itens ou aquisição de nato-digitais. Isso pode limitar a amplitude da coleção, pois certos objetos e/ou documentos históricos, especialmente de comunidades com pouco acesso à tecnologia, podem não ser facilmente digitalizáveis ou estarem disponíveis em formato digital.
- ⌘ **Dependência de recursos digitais:** embora a digitalização seja uma solução inovadora, ela também pode ser uma vulnerabilidade. O museu depende fortemente da tecnologia digital para armazenar e difundir seus acervos, o que o torna suscetível a falhas técnicas, a obsolescência tecnológica, ou até a falta de recursos financeiros para manter atualizados os sistemas de hospedagem e segurança digital.
- ⌘ **Desafios de financiamento e sustentabilidade:** como é comum

em instituições culturais de pequeno porte e em fase de crescimento, o MUTHA enfrenta desafios de financiamento. A execução de suas ações depende de editais e apoio de iniciativas pontuais, o que pode dificultar a sustentabilidade a longo prazo. Sem um financiamento estável, a continuidade de projetos como o Arquivo Vivo ou a manutenção das plataformas digitais pode ser comprometida.

- ✳ **Complexidade na gestão de restrições de acesso:** embora as políticas de restrição de acesso sejam fundamentais para proteger a privacidade e segurança das pessoas envolvidas, elas podem também complicar a difusão do acervo para pesquisadores e público em geral.
- ✳ **Limitações de estrutura administrativa:** a gestão do acervo, embora conduzida de maneira colaborativa e inclusiva, pode enfrentar dificuldades operacionais devido à sua pequena estrutura administrativa.

Portanto, a gestão de acervos do MUTHA exemplifica uma abordagem inovadora e transformadora que combina preservação digital, curadoria colaborativa e protagonismo das comunidades trans. Ancorada na Museologia Trans e Museologia LGBTQIA+, essa metodologia valoriza a inclusão, a interseccionalidade e a autonomia, permitindo que pessoas corpo e gênero diversas sejam protagonistas de suas próprias narrativas. A utilização da plataforma Tainacan facilita a democratização do acesso aos acervos e promove a visibilidade e a empregabilidade de artistas transgêneros. Embora haja desafios, como a ausência de acervos físicos e a necessidade de uma política museológica mais consolidada, o MUTHA rompe com modelos tradicionais de musealização, oferecendo um espaço de resistência, valorização cultural e redistribuição epistêmica.

2.9 Comissão de acervo

A Comissão de Acervos do MUTHA será responsável por deliberar sobre aquisição e descarte de itens digitais e/ou nato-digitais do acervo, sempre em alinhamento com os princípios interseccionais e anticoloniais do museu, garantindo que as decisões sejam coletivas.

2.9.1. Finalidade e atribuições

A Comissão de Acervo terá as seguintes responsabilidades:

a) Aquisição

Analisar e deliberar sobre a aquisição de bens, individualmente ou em conjunto, para integrar o acervo do MUTHA, assegurando que o material esteja alinhado com a missão e os princípios do museu. As aquisições podem ocorrer por meio de compra, doação, legado ou comissionamento, sempre passando pela avaliação da Comissão.

b) Descarte

Deliberar sobre o descarte de itens do acervo que, após avaliação, não sejam mais relevantes ou estejam em desacordo com a missão do MUTHA. Sempre que houver descarte, a Comissão deve justificar a decisão em um parecer formal, conforme as recomendações da Lei nº 11.904, de 2009, comunicando às partes interessadas.

c) *Composição*

A Comissão de Acervos do MUTHA será composta por sete pessoas nomeadas, com mandatos de três anos, renováveis por igual período. A composição deve garantir diversidade de vozes e especialidades, refletindo o caráter interseccional do museu. A comissão será presidida pela pessoa diretora do MUTHA, a quem caberá, em caso de empate, o voto de minerva. A estrutura, será:

- 1) Direção do MUTHA (uma pessoa);
- 2) Direção de Audiovisual do MUTHA (uma pessoa);
- 3) Direção do Arquivo Histórico do MUTHA (uma pessoa);
- 4) Pessoa Museóloga do MUTHA (uma pessoa);
- 5) Representante da Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social (uma pessoa);
- 6) Representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (uma pessoa);
- e
- 7) Representante do Museu da Diversidade Sexual (uma pessoa);

d) *Funcionamento*

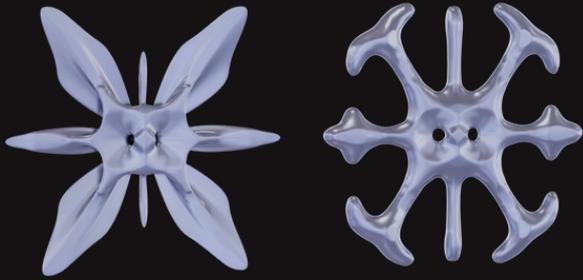
A Comissão de Acervo do MUTHA se reunirá regularmente, com periodicidade trimestral, para avaliar propostas de aquisição e descarte, além de realizar reuniões extraordinárias sempre que necessário.

O quórum mínimo para a realização das reuniões e deliberações será de 2/3 (dois terços) das pessoas membras. As decisões serão tomadas de forma colegiada, priorizando o consenso. Quando o consenso não for possível, as deliberações serão feitas pela direção do MUTHA.

A cada reunião, a Comissão deve elaborar um parecer formal, justificando as decisões sobre aquisição ou descarte. Os termos de descarte devem ser publicados de acordo com as exigências legais (art. 38, da Lei nº 11.904, de 2009).

A participação das comunidades trans e gênero e corpo diversas será garantida não apenas pela presença de representantes externos na Comissão, mas também por meio de consultas públicas ou reuniões comunitárias para discutir decisões importantes, como o descarte de itens

sensíveis ou de alta relevância cultural. A Comissão também incentivará o feedback contínuo de coletivos, artistas e ativistas envolvidos com o museu.



TERCEIRA

TRANSIÇÃO:

PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO
DE ACERVOS

3.1 Preservação e conservação de acervos digitais

A preservação e conservação de acervos digitais é uma questão urgente na gestão museológica, especialmente com o surgimento de novos museus virtuais e da construção de patrimônio cultural e histórico de tipologia nato-digital, como também digitalizada. Essa prática busca garantir a integridade, acessibilidade e, sobretudo, a continuidade das ações museais de cunho educacional e cultural protagonizadas no ambiente virtual. No MUTHA, conforme definido na política institucional, por meio de seu plano museológico e desta política de gestão de acervos, a preservação digital não se restringe apenas ao armazenamento de dados, ela inclui também procedimentos de manutenção regular, segurança e atualização tecnológica que intentam evitar a perda irreversível de informações ou a obsolescência dos formatos.

Para alcançar esses objetivos, adotamos uma série de práticas e recomendações de padrões reconhecidos no setor, tanto relacionadas à tecnologia da informação, quanto ao campo museal. O papel dos profissionais envolvidos na gestão de acervos digitais é essencial para que a política de preservação e conservação seja bem-sucedida e as instituições de memória e seus profissionais atuem como intermediários na documentação e preservação do patrimônio digital.

Ao construir diretrizes para a preservação e conservação de acervos digitais, o Museu Transgênero de História e Arte reafirma seu compromisso com a tutela de acervos importantes e significativos para toda a população brasileira. O compromisso ético do MUTHA é também com a preservação de outros modos de existência e a construção de suas historicidades com base na afirmação e visibilidade e não na aniquilação e silenciamento. Uma vez que, nos museus, a preservação digital não se limita à proteção de dados, ela envolve uma responsabilidade com os significados e com a autenticidade dos objetos culturais. Isso significa respeitar o valor histórico e social atribuído a cada item digital, garantindo que a forma como ele é mantido e exibido preserve sua integridade discursiva. A preservação e conservação de acervos digitais em museus é uma prática capaz de manter vivas as memórias e as historicidades em um meio sujeito a rápidas transformações tecnológicas. Essa prática assegura que o patrimônio

cultural digital esteja disponível para as gerações futuras, ampliando o acesso e a compreensão de culturas diversas, mesmo diante dos desafios impostos pela tecnologia.

3.2 Manuseio de acervos digitais

No Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA), o manuseio de acervos digitais é mais do que um conjunto de práticas técnicas, é um compromisso com a preservação ética e cultural de memórias e histórias da população corpo e gênero variante brasileira. O MUTHA, como já dito, compreende que o manuseio adequado desses objetos musealizados não apenas garante sua acessibilidade e segurança, mas também protege a integridade discursiva e o valor social dos registros digitais, que documentam vidas e experiências, produções artísticas e narrativas historiográficas. Esse processo é guiado por diretrizes que visam assegurar que o acervo seja tratado com os devidos cuidado, respeito e responsabilidade. O manuseio de acervos digitais do museu envolve várias práticas essenciais que buscam preservar a autenticidade e garantir o acesso a esses objetos. Sendo elas:

3.2.1 *Controle de acesso e segurança*

O acesso ao acervo digital deve ser cuidadosamente regulamentado para proteger a privacidade e a segurança dos documentos, das obras artísticas, das produções intelectuais e das pessoas ali representadas. O MUTHA estabelece diferentes níveis de acesso para públicos variados, garantindo que informações sensíveis sejam acessadas apenas por quem realmente necessita, e sempre dentro de um contexto de respeito e segurança.

Em consonância com os princípios interseccionais de segurança e autopreservação das pessoas corpo e gênero diversas, o acesso e consulta a determinados itens incorporados ao AHMUTHA e Acervo MUTHA pode ser limitado, parcialmente ou no todo, apenas a pessoas pertencentes às comunidades e coletividades com que o item se relaciona. Além de medida de proteção contra a apropriação extrativista das memórias constantes

do museu pela cisgeneridade e pela branquitude, esta decisão se justifica pelo risco real de perseguição, no cenário conservador em que vivemos, contra os sujeitos e comunidades cujas vidas, afetos, práticas e memórias estão registrados no acervo.

Tais restrições podem ser deliberadas pela Comissão de Acervo e/ou pelas pessoas pesquisadoras responsáveis pela aquisição do item, ou estipuladas pela pessoa doadora ou cessionária (no momento da doação/cessão ou posteriormente).

Itens com limitação de acesso podem incluir:

- ⌘ Restrições estabelecidas por legislações vigentes, como as do Estatuto da Criança e do Adolescente, e relativas à Classificação Indicativa, no que diz respeito à violência, sexo e ilícitos como drogas;
- ⌘ Restrições de identificação e pertencimento a minorias étnico-raciais;
- ⌘ Qualquer manifestação homo/les/bi/transfóbica, capacitista ou racista, ainda que autodirigida/internalizada pela pessoa produtora do item;
- ⌘ Descrição, narração e/ou representação gráfica de violência de qualquer tipo, seja ela exercida por terceiros ou autoinfligida;
- ⌘ Itens e/ou tópicos que possam ameaçar a privacidade e/ou segurança de pessoas terceiras que possam querer permanecer anônimas ou que possam indicar locais exatos onde as pessoas se encontram;
- ⌘ Restrições de nomes civis e nomes civis antes da retificação, com utilização de nomes sociais sempre que solicitados e/ou fornecidos;
- ⌘ Itens e/ou tópicos que possam abrir brechas para perseguição de pessoas e/ou coletividades retratadas ou descritas, no debate público e/ou em esferas civis e/ou criminais; e/ou
- ⌘ Outros itens e/ou tópicos que possam vir a ser considerados sensíveis, ou de alguma ou qualquer forma problemáticos, a partir de deliberação da Comissão de Acervo ou qualquer de seus integrantes, ou a partir de indicação externa, comunitária ou judicial, a ser deliberada.

A Comissão de Acervo também pode decidir pela disponibilização pública de determinados itens com a supressão parcial de passagens específicas que se enquadrem nos exemplos listados acima. Tal supressão

será indicada graficamente e/ou de maneira sonora, a depender do suporte do arquivo digital, de maneira a explicitar a intervenção consciente da Comissão de Acervo sobre o item. A consulta ao item na íntegra será, quando possível e permitido legalmente, disponibilizada a partir de níveis de acesso restrito, mediante identificação da pessoa pesquisadora, comprovação de seu pertencimento à coletividade ou comunidade que avaliza seu acesso, dentre outras.

3.2.2 Autenticidade e integridade dos dados

A integridade dos arquivos digitais deve ser mantida para assegurar que os documentos e informações preservem seu valor cultural e histórico. O MUTHA utiliza diretrizes para impedir alterações não autorizadas nos arquivos, reforçando o compromisso com a autenticidade das narrativas ali presentes.

3.2.3 Práticas de conservação durante o uso

Evitar degradação e perda de dados é essencial. Isso inclui cuidados no uso de *software* adequado, a limitação de cópias desnecessárias e o registro detalhado de todas as modificações feitas nos arquivos. Assim, o MUTHA assegura que o acervo digital permaneça legítimo e compreensível.

3.2.3 Documentação e registro de uso

Um sistema de rastreamento é empregado para documentar como e por quem os arquivos são acessados ou modificados. Essa documentação permite que o museu acompanhe o ciclo de vida dos arquivos, além de resguardar a instituição contra usos indevidos dos dados.

3.2.4 Interoperabilidade e acessibilidade

Os arquivos são mantidos em formatos que garantem acessibilidade e compatibilidade em múltiplas plataformas, o que facilita o uso e a visualização em diferentes contextos. Isso é importante para que o acervo

digital permaneça acessível, respeitando as diversas necessidades dos públicos do museu e assegurando que as histórias possam ser acessadas e estudadas por pessoas pesquisadoras e pelo público geral.

O MUTHA entende que manusear acervos digitais é um ato que prioriza a segurança, o respeito e a preservação da autenticidade das histórias representadas. Sob essa ótica, o manuseio de acervos digitais envolve uma responsabilidade que vai além do aspecto técnico, constituindo um compromisso ético que garante a continuidade dessas memórias de maneira íntegra, democratizada e acessível. Ao seguir essas práticas, o MUTHA não apenas protege seu acervo, mas também amplifica as vozes e produções diversas das pessoas corpo e gênero variantes do e no Brasil, cumprindo sua missão, sua visão e seus valores institucionais.

3.3 Armazenamento

A preservação e conservação de acervos digitais é um dos maiores desafios enfrentados por instituições culturais, museus e arquivos na era digital (Arellano, 2004). Ao contrário dos acervos físicos, que sofrem com a degradação material e com os danos provocados por fatores ambientais, os acervos digitais exigem um conjunto específico de práticas e políticas para garantir sua longevidade e acessibilidade a longo prazo. A abordagem de conservação digital deve ir além do simples armazenamento, incorporando procedimentos regulares de manutenção, segurança e atualização tecnológica para evitar a perda de informações ou a obsolescência dos formatos utilizados. Para tal, as principais estratégias e práticas utilizadas para o armazenamento dos acervos digitais do MUTHA, são:

3.3.1 Formatação adequada dos arquivos

Ao armazenar os acervos digitais é necessário realizar uma padronização dos formatos dos arquivos. O uso de formatos duráveis e bem documentados é fundamental para a preservação digital, pois reduz o risco de que os arquivos se tornem inacessíveis devido à obsolescência tecnológica. Com isso, sugere-se que os arquivos sempre sejam

disponibilizados em no mínimo dois dos formatos abaixo:

- ⌘ PDF/A para documentos de texto, que é uma versão do PDF otimizada para arquivamento a longo prazo;
- ⌘ TIFF ou PNG para imagens, pois são formatos sem perda de qualidade e aceitos amplamente;
- ⌘ WAV para arquivos de áudio, que preserva a integridade dos dados sem compressão; e
- ⌘ MP4 ou MOV para vídeos, que são formatos amplamente aceitos e têm boa relação entre qualidade e tamanho de arquivo.

3.3.2 Estratégias de backup

A criação de cópias de segurança (*backups*) regulares é uma medida de extrema importância para a preservação de acervos digitais. A estratégia de *backup* deve incluir pelo menos três cópias de cada arquivo, armazenadas em diferentes locais, com uma regra conhecida como 3-2-1:

- ⌘ 3 cópias dos dados;
- ⌘ 2 mídias diferentes (por exemplo, uma cópia em um servidor local e outra na nuvem); e
- ⌘ 1 cópia fora do local, como uma unidade física armazenada em um local seguro e distante.

Esses backups devem ser realizados regularmente e de forma automatizada para garantir que a versão mais recente dos arquivos esteja sempre protegida. Além disso, é importante garantir que os backups sejam criptografados, visando prevenir acessos não autorizados, e verificados periodicamente, assegurando que os dados possam ser recuperados sem problemas (UNESCO, 2003).

3.3.3 Preservação e migração de formatos

Com o tempo, alguns formatos digitais podem se tornar obsoletos ou incompatíveis com novas tecnologias. Assim, uma prática recomendada

é a migração de formatos, ou seja, deve-se transferir periodicamente os arquivos de um formato mais antigo para um mais recente. Isso exige que a equipe de preservação esteja constantemente monitorando as tendências tecnológicas e os formatos que estão caindo em desuso.

3.3.4 Armazenamento em múltiplos locais

Para garantir a integridade dos dados e mitigar riscos de perda catastrófica, os acervos digitais devem ser armazenados em múltiplos locais geográficos. Isso os protege contra incêndios, inundações ou outros desastres naturais que possam danificar um único local físico de armazenamento. Idealmente, as cópias de segurança devem ser distribuídas entre:

- ◆ **Armazenamento em nuvem:** serviços em nuvem oferecem escalabilidade e segurança para o armazenamento de grandes volumes de dados. No entanto, é importante escolher provedores confiáveis que ofereçam garantias de segurança e continuidade dos serviços; e
- ◆ **Armazenamento local (*On-Premises*):** unidades físicas, como discos rígidos externos e servidores locais, fornecem uma forma de acessar os dados de maneira mais rápida e sem depender de conectividade externa.

3.4 Acondicionamento

Para a preservação eficaz dos acervos digitais, o acondicionamento dos equipamentos físicos – como HDs externos, CPUs e outros dispositivos de armazenamento – é tão importante quanto a gestão dos próprios arquivos. Para tal, são fundamentais medidas como controle ambiental, uso de caixas antiestáticas, manutenção periódica e proteção contra falhas de energia (National Digital Stewardship Alliance, 2013) garantem que os dispositivos funcionem corretamente e que os dados neles contidos estejam seguros e acessíveis, protegendo o acervo digital do MUTHA e contribuindo para a preservação da memória e histórica da comunidade trans.

3.4.1 Controle ambiental

Sabemos que HDs externos, CPUs e outras mídias de armazenamento são sensíveis a variações de temperatura e umidade. O armazenamento ideal para esses dispositivos inclui:

- ◆ **Temperatura constante:** manter os equipamentos em uma temperatura entre 18 e 21°C ajuda a evitar o superaquecimento e o desgaste precoce. Em ambientes de armazenamento a longo prazo, a temperatura pode ser ainda mais baixa, mas deve permanecer estável;
- ◆ **Umidade controlada:** recomenda-se índices de umidade entre 35% e 45%. A umidade excessiva pode levar à corrosão dos componentes internos dos dispositivos, enquanto a umidade muito baixa aumenta o risco de acúmulo de eletricidade estática; e
- ◆ **Proteção contra poeira e partículas:** o pó pode penetrar nas entradas e nas partes móveis dos dispositivos, prejudicando seu funcionamento. O acondicionamento ideal inclui o uso de caixas antiestáticas ou armários fechados, com filtros de poeira para garantir a integridade dos componentes.

3.4.2 Acondicionamento em armários e caixas antiestáticas

Ressalta-se que os equipamentos de armazenamento devem ser mantidos em caixas antiestáticas para evitar danos causados pela eletricidade estática, os quais podem comprometer a integridade dos dados. Além disso, armários com revestimento antiestático são ideais para proteger os equipamentos. Seguem alguns exemplos:

- ◆ **Embalagens de proteção:** envolver HDs externos e outras mídias em embalagens antichoque e antiestáticas antes de guardá-los é uma prática recomendada. Isso protege contra quedas, vibrações e descargas elétricas; e
- ◆ **Etiquetagem:** cada equipamento deve ser etiquetado com informações sobre o conteúdo armazenado, a data da última verificação de integridade e a última atualização. Essa prática facilita o controle e

a manutenção periódica.

3.4.3 Posicionamento adequado e organização física

O posicionamento correto dos dispositivos dentro do ambiente de acondicionamento contribui para reduzir os riscos de dano. É importante:

- ◆ **Evitar empilhamento excessivo de HDs e outros dispositivos:** isso pode danificar as unidades e dificultar o acesso; e
- ◆ **Armazenar os dispositivos na posição horizontal:** para HDs internos e externos, o armazenamento horizontal ajuda a preservar os componentes mecânicos e evita desgaste desnecessário.

3.4.4 Manutenção e verificação periódica

A integridade dos equipamentos de armazenamento deve ser verificada periodicamente. Algumas práticas recomendadas incluem:

- ◆ **Verificação de integridade:** a cada seis meses, realização de uma verificação de integridade dos dados em HDs e outros dispositivos para assegurar que não houve corrupção de arquivos. As ferramentas de diagnóstico podem ajudar a monitorar o estado dos dispositivos;
- ◆ **Rotação de equipamentos:** a substituição periódica dos equipamentos de armazenamento por novos é recomendada, especialmente para HDs que já apresentam sinais de desgaste. Os dispositivos de armazenamento têm uma vida útil limitada, e a rotatividade previne falhas inesperadas; e
- ◆ **Limpeza técnica:** CPUs e outros equipamentos que ficam ligados por longos períodos devem passar por limpezas técnicas regulares para remover poeira e resíduos acumulados. Isso evita superaquecimento e outros problemas.

3.5 Preservação e combate à degradação

O Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) se compromete a preservar e manter seu acervo digital, garantindo que as memórias e expressões artísticas da comunidade transgênero permaneçam acessíveis para as gerações futuras. A preservação vai além do simples armazenamento e dos *backups*; envolvendo práticas de monitoramento contínuo da integridade dos arquivos e detecção proativa de falhas, assegurando a confiabilidade do acervo ao longo do tempo.

Para isso, o MUTHA realiza verificações periódicas de integridade dos arquivos, utilizando métodos como *checksums*, comparação de versões e auditorias regulares. Essas práticas são essenciais para detectar erros ou corrupção de dados antes que possam impactar a acessibilidade, permitindo a correção imediata de problemas. A documentação detalhada dos resultados é crucial, pois não só ajuda a identificar falhas, como também permite analisar tendências de degradação, possibilitando intervenções mais eficazes e direcionadas.

Adicionalmente, o MUTHA implementa um sistema de monitoramento contínuo dos dispositivos de armazenamento, incluindo discos rígidos e unidades de estado sólido. Esse sistema utiliza ferramentas de software para avaliar o desempenho e a saúde dos suportes, permitindo prever falhas iminentes e realizar trocas preventivas de dispositivos desgastados. Fatores como temperatura de operação e contagem de setores defeituosos são rigorosamente monitorados, protegendo a integridade dos dados e prolongando a vida útil dos equipamentos.

A documentação precisa dos metadados é vital para a integridade do acervo digital. Informações sobre origem, autoria e contexto de cada item são revisadas regularmente para garantir sua precisão e relevância. Essa prática mantém a rastreabilidade dos arquivos e auxilia na recuperação de informações, contribuindo para a autenticidade e para o valor histórico das peças do acervo.

Para proteger o acervo digital contra modificações indesejadas, o MUTHA adota um controle rigoroso de acesso, definindo permissões com base nas responsabilidades de cada membro da equipe. Somente indivíduos autorizados podem realizar alterações, e cada intervenção é

registrada em um log detalhado, documentando as mudanças e suas justificativas. Essa abordagem não apenas garante a integridade do acervo, mas também promove a transparência nas operações do museu.

Essas diretrizes, aliadas a práticas robustas de armazenamento e *backup*, reforçam a preservação do acervo digital e minimizam os riscos de degradação ao longo do tempo. Dessa forma, asseguramos a longevidade e a confiabilidade do acervo do MUTHA.

3.6 Diretrizes e padrões de segurança de dados

O MUTHA adota rigorosas diretrizes e padrões de segurança de dados para proteger a integridade e a confidencialidade das informações geridas. Essa abordagem não apenas garante a segurança dos acervos digitais, mas também respeita os direitos dos indivíduos em relação aos seus dados pessoais, conforme estabelecido pela Lei Geral de Proteção de Dados, a Lei nº 13.709, de 2018, doravante LGPD, (Brasil, 2018).

Para assegurar o tratamento adequado dos dados pessoais, o MUTHA se compromete para que todas as operações realizadas estejam em conformidade com os princípios da LGPD, como finalidade, necessidade, transparência e segurança. Assim, os dados pessoais são utilizados exclusivamente para finalidades legítimas, incluindo a gestão de exposições, a comunicação com o público e a pesquisa acadêmica.

O museu obtém o consentimento explícito dos indivíduos antes de coletar seus dados pessoais, informando-os de forma clara sobre quais dados estão sendo coletados, como serão utilizados e por quanto tempo serão armazenados. O MUTHA respeita integralmente os direitos dos titulares de dados conforme descrito na LGPD, incluindo o direito de acessar e solicitar a correção e/ou exclusão de seus dados pessoais. Para facilitar essa interação, o museu implementa processos que permitem aos titulares exercerem esses direitos de maneira simples e eficaz.

Para garantir a segurança das informações, o MUTHA adota medidas adequadas, como a criptografia de dados e a realização de auditorias regulares. Essas práticas visam prevenir o acesso não autorizado e assegurar a proteção das informações. Além disso, o museu mantém um registro detalhado das atividades de tratamento de dados pessoais, incluindo informações sobre a natureza dos dados, a finalidade do tratamento e as medidas de segurança adotadas.

Em caso de incidentes de segurança que possam comprometer dados pessoais, o MUTHA se compromete a notificar prontamente os titulares afetados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), garantindo a transparência necessária. Essas diretrizes e práticas asseguram a integridade e a segurança dos dados geridos pelo MUTHA, contribuindo para a proteção da privacidade dos indivíduos e a confiabilidade do acervo digital.

3.7 Salvaguarda

No Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA), a proteção e salvaguarda do acervo digital é um compromisso essencial e contínuo, fundamentado na responsabilidade de manter viva a memória e as expressões culturais da comunidade transgênero. As estratégias de salvaguarda adotadas pelo museu abrangem um conjunto de medidas preventivas e corretivas voltadas para a proteção da integridade e acessibilidade dos dados ao longo do tempo.

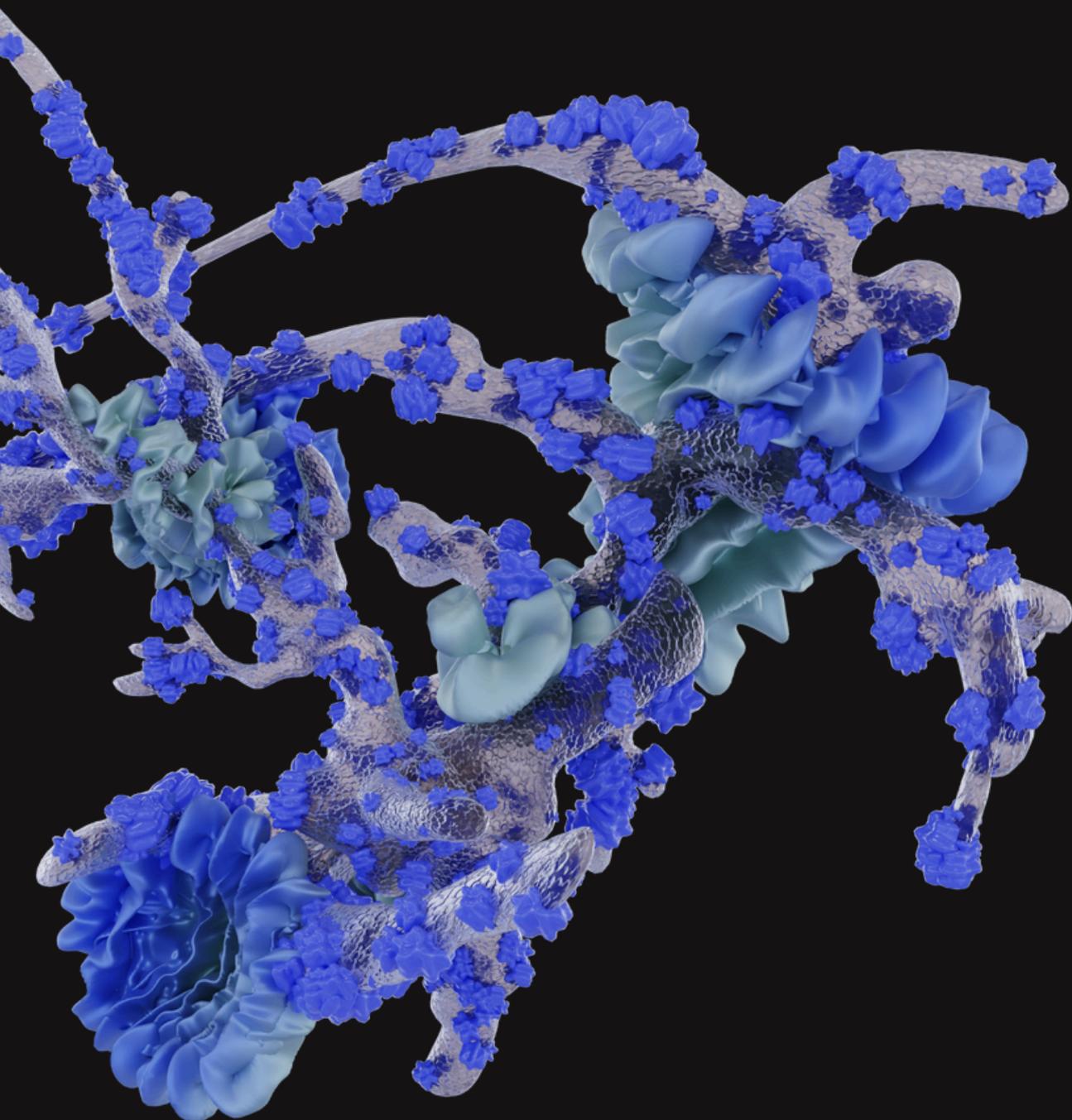
Entre as principais ações de salvaguarda, o MUTHA realiza avaliações de risco regulares e detalhadas, possibilitando a identificação de possíveis vulnerabilidades tanto nos sistemas de armazenamento quanto nas práticas de manejo de dados. Essas avaliações permitem uma resposta ágil e informada para corrigir pontos fracos, assegurando a resiliência do acervo. A cada nova avaliação, o museu aprimora suas práticas, adaptando-se a eventuais mudanças e garantindo que as medidas corretivas sejam eficazes e proativas, antecipando-se a problemas que poderiam comprometer a longevidade e a confiabilidade dos dados.

A salvaguarda também inclui planos de contingência bem estruturados, desenvolvidos para responder a uma ampla gama de emergências, desde falhas de *hardware* até desastres naturais e incidentes de segurança cibernética. Esses planos de contingência estabelecem procedimentos de recuperação de dados e restauração de sistemas com o objetivo de retomar as operações do museu o mais rapidamente possível, reduzindo o impacto de eventos adversos e assegurando que o acervo continue acessível para uso e pesquisa.

Em paralelo, o MUTHA se compromete a manter uma constante atualização tecnológica, revisando periodicamente suas ferramentas e sistemas de armazenamento e implementando as melhores soluções disponíveis para a proteção e manutenção do acervo digital. Esse compromisso com a inovação tecnológica permite a adoção de tecnologias mais seguras e eficientes, promovendo um ambiente de armazenamento otimizado para atender às exigências de integridade e segurança do acervo.

A documentação detalhada de cada ação de salvaguarda é outro pilar fundamental no MUTHA. O museu mantém registros meticulosos de cada intervenção de preservação, das alterações nos sistemas, das avaliações de risco e das atualizações de tecnologia. Esses registros criam um histórico robusto e transparente que facilita futuras auditorias, avaliações e planejamento estratégico, garantindo que as práticas de salvaguarda sejam rigorosas e consistentes ao longo do tempo.

Com essas práticas, o MUTHA não apenas protege seu acervo digital contra riscos de perda ou dano, mas também reforça seu compromisso com a preservação da memória coletiva da comunidade transgênero. A salvaguarda efetiva e contínua do acervo é essencial para assegurar que as histórias, identidades e expressões culturais ali representadas possam ser acessadas, compreendidas e valorizadas por gerações futuras, solidificando a importância histórica e social do museu.



QUARTA TRANSIÇÃO: REFERÊNCIAS

ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação*, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 15-27, ago. 2004. IBICT. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-19652004000200002>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean Tiago. *Museologia Comunitária LGBTQIA+ - e outros ensaios queer interseccionais*. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023.

BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean Tiago; HABIB, Ian; SABARÁ, Deborah. Museologia Comunitária LGBTQ+: Museu Transgênero de História da Arte e Ponto de Memória Aquenda as Indacas no ensino de Museologia. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 18-28, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i21.41417. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/41417>. Acesso em: 19 out. 2024.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. *In*: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. p. 48-79.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 15 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus*. Brasília: MinC, 2003. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em 16 out. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Legislação para Museus*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.840, de 9 de julho de 2013. Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve. Diário Oficial da União, 9 jul. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12840.htm Acesso em: 2 dez. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm Acesso em: 2 dez. 2024.

HABIB, Ian Guimarães. (org.). *Primeiro plano museológico do Museu Transgênero de História e Arte – 2024-2029*. São Paulo: (elle/elu) edições e traduções, 2024.

HABIB, Ian Guimarães. *Teatro e performance*. Salvador: UFBA, Escola de Teatro - Superintendência de Educação a Distância, 2022.

HABIB, Ian Guimarães. *Corpos transformacionais: A transformação corporal nas artes da cena*. São Paulo: Hucitec, 2021a.

HABIB, Ian Guimarães (org.). *Transespécie/Transjardinagem*. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021b.

IPHAN. Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 11 jul. 2006. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/portaria_normativa_n_1_de_5_de_julho_de_2006_DOU_de_11_07.pdf Acesso em: 2 dez. 2024.

NATIONAL DIGITAL STEWARDSHIP ALLIANCE (NDSA). *Levels of Digital Preservation: An Explanation and Uses*. Washington, D.C.: National Digital Stewardship Alliance, 2013. Disponível em: <https://ndsa.org/publications/levels-of-digital-preservation/>. Acesso em: 15 out. 2024.

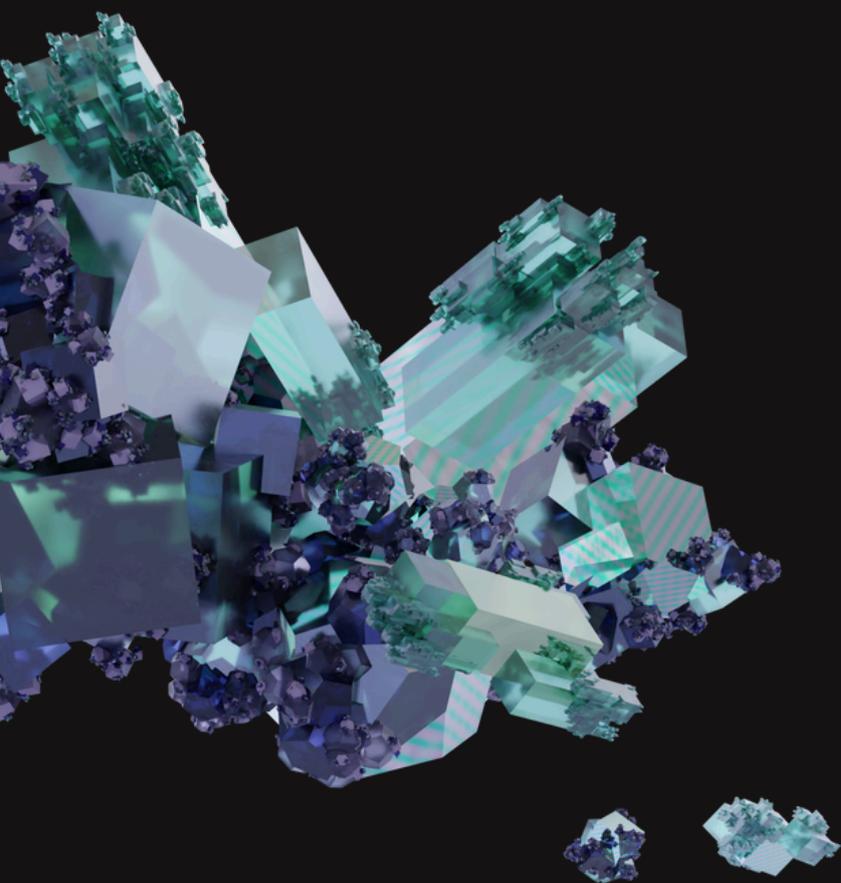
PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Coleção Estudos museológicos. v. 2. Florianópolis, SC: FCC Edições, 2014.

REPOLÊS, Sereno Sofia Gonçalves. *Recalculando rotas: uma etnografia sobre trânsitos de corpos, afetos e sexualidades em vivências transmasculinas*. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/45144/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_recalculando%20rotas_2022_REPOLES%2C%20SG..pdf Acesso em: 2 dez. 2024.

SCHECHNER, Richard. *Performance studies: An introduction*. New York: Routledge, 2013.

UNESCO. *Diretrizes para a preservação do patrimônio digital*. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000179529>. Acesso em: 15 out. 2024.

QUINTA TRANSIÇÃO: ANEXOS



**DIRETRIZES PARA O ARQUIVO HISTÓRICO (AHMUTHA)
DO MUSEU TRANSGÊNERO DE HISTÓRIA E ARTE (MUTHA)**



Março de 2022



SUMÁRIO

- 1. Apresentação**
- 2. Apresentação do MUTHA**
- 3. Apresentação do Arquivo Histórico**
- 4. Política de Aquisição e Descarte**
- 5. Referências Bibliográficas**



**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES DO
ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU TRANSGÊNERO DE HISTÓRIA E ARTE
(AHMUTHA)
2022**

Caio C. Maia

Cosmos Benedito

Ian Guimarães Habib

Juno Nedel Mendes de Aguiar

Lino Gabriel Nascimento dos Santos



1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta as diretrizes iniciais desenvolvidas para a elaboração do Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte (AHMUTHA). As diretrizes constroem um primeiro esboço de definição do conteúdo e da natureza do AHMUTHA, sugerindo os critérios iniciais de orientação para as atividades de curadoria, tratamento, aquisição, documentação, organização, manutenção e descarte do patrimônio cultural a ser constituído, salvaguardado, pesquisado e difundido. Ao publicizar e coletivizar responsabilidades de gestão, este documento guiará, por enquanto, a equipe do AHMUTHA e todas as pessoas doadoras e usuárias, na incorporação de acervos que possam contribuir com reflexões sobre variâncias de corpos e gêneros no/do Brasil.

As diretrizes para a construção do Arquivo Histórico (AHMUTHA) foram elaboradas coletivamente por uma comissão, nomeada pela Associação do Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte (AAHMUTHA). A comissão inclui pessoas antropólogas, museólogas, ativistas, artistas, historiadoras, escritoras, pesquisadoras e professoras vinculadas a Universidades e Instituições Federais, bem como profissionais técnicas de diversas áreas de atuação. Portanto, este documento toma a interdisciplinaridade como um de seus eixos norteadores, no entendimento e reconhecimento do potencial crítico da multiplicidade de nossos lugares de fala e saber¹.

Estas diretrizes têm caráter emergencial, visto que antecedem a construção da Política de Acervos do Museu Transgênero de História e Arte. Por esse motivo, sua vigência será de 01 (um) ano, a contar de sua aplicação. Partes deste documento serão utilizadas para elaboração futura da Política de Acervos do MUTHA, que apenas será executada após a constituição do primeiro Plano Museológico do MUTHA e elaboração de seu primeiro Programa de Acervos. Como o museu ainda não possui diretrizes gerais sobre o tratamento de seus acervos arquivísticos museais, este documento apresentará os processos de documentação museológica, como registro, catalogação e difusão do AH, por meio de repositório digital (*tainacan*), pensadas de forma a serem aproveitadas nos programas e políticas museais futuras, evitando que o processo documental sobre o bem a ser musealizado precise ser refeito a curto prazos.

¹ (RIBEIRO, 2017).



Este documento não busca apenas estabelecer diretrizes iniciais para os procedimentos de gestão de acervos do AHMUTHA, mas também introduzir as discussões sobre gênero e sexualidade que fundamentarão a futura Política de Acervos do museu, uma vez que o AHMUTHA tem como escopo de trabalho a população corpo e gênero diversa do/no Brasil, considerando inúmeras perspectivas de gênero, classe, raça-etnia, deficiência, saúde, dentre outras, em variados contextos históricos, sociais, culturais e políticos. Entendemos que “transgeneridade” é um termo polissêmico e historicamente contingente², podendo tanto se articular no sentido de lugar social³, de identidade de gênero⁴, de categoria epistêmica⁵, quanto em uma série de outras chaves interpretativas. Isso posto, *não queremos definir*, com estas diretrizes, o que é transgeneridade, pois isso reforçaria o mecanismo cisnormativo – e historicamente situado desde uma branquitude ocidental, colonial⁶, classista e capacitista – de hierarquizar pessoas “transgêneras de verdade”, homogeneizando outras experiências e cosmovisões.

É muito comum, dentro do campo da historiografia trans, que pessoas brancas historiadoras se apropriem das experiências de povos originários, descontextualizem elas e as usem como prova de um suposto passado transgênero universal e conjunto, igual em toda parte do mundo. Mas isso é bem problemático, por diversas razões.

Em primeiro lugar, a tentativa de criar um passado transgênero conjunto parte de um mecanismo colonial de tentar agrupar diferentes culturas e experiências dentro de uma mesma nomenclatura, criando uma escala global para o “progresso”. A rigor, esta escala global de “progresso” estabelece os modelos de liberdade europeus e estadunidenses como um padrão a ser atingido por todas as minorias corpo e gênero diversas em qualquer lugar do mundo. Por consequência, todas as formas de existir que não se enquadram nesses critérios e nomenclaturas são vistas como atrasadas, primitivas e ultrapassadas⁷.

Compreendemos que tirar povos originários do tempo presente e associá-los exclusivamente com o passado é um conhecido mecanismo racista, colonial e etnocida, pois nega a estes grupos a coexistência

² (AGUIAR, 2020). (STRYKER, 2008).

³ (LANZ, 2015).

⁴ (JESUS, 2014, 2012).

⁵ (RADI, 2019).

⁶ (AGUIAR; GUIMARÃES, 2021), (BENTO, 2002), (CARNEIRO, 2005), (CARDOSO, 2010), (CARDOSO; MÜLLER, 2018), (FRANKENBERG, 2004), (MOMBAÇA, 2017), (SCHUCMAN, 2014).

⁷ (HALBERSTAM, 2011).



no “aqui” e “agora” e estabelece, por consequência, uma divisão entre modelos de sociedade vinculados ao atraso e modelos de sociedade vinculados ao progresso – sendo que a noção de “progresso” e “liberdade”, em geral, está atrelada à supremacia branca, à cis-heteronormatividade e ao capitalismo⁸.

Entendendo que o racismo é decorrente da própria estrutura social e dos modos como se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares de nossa sociedade – em outras palavras, o racismo é estrutural⁹ – torna-se imperativo combatê-lo por meio de práticas antirracistas efetivas¹⁰. Tomando emprestadas as contribuições do jurista Silvio Luiz de Almeida sobre racismo estrutural¹¹, o AHMUTHA se compromete a:

- a) Promover a igualdade e a diversidade em suas coleções e/ou fundos e em suas relações com os públicos do MUTHA;
- b) Assegurar a presença de pessoas trans e corpo diversas pretas e indígenas, em posições de destaque dentro das coleções e/ou fundos do AHMUTHA;
- c) Manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas do AHMUTHA;
- d) Promover o acolhimento e a composição de conflitos raciais e de gênero nas coleções e/ou fundos do AHMUTHA;
- e) Não utilizar no AHMUTHA conceitos e metodologias que endossem ou coadunem com o racismo estrutural.

Em relação à promoção de acessibilidade, o AHMUTHA se compromete a criar as condições para amplificação, utilização e participação em seus espaços de produção de conhecimento, incluindo sistemas e tecnologias de uso público, por pessoas nos vários campos da vida social, sobretudo pessoas com deficiências e pessoas neurodiversas, garantindo autonomia e segurança ao transpor eventuais entraves e barreiras de acesso.

No que diz respeito a aspectos territoriais e de classe social, o AHMUTHA se compromete a zelar pela valorização de acervos arquivísticos museais advindos de todas as regiões do Brasil, considerando também critérios econômicos e desigualdades no acesso de renda, posição social e

⁸ (AGUIAR, 2020), (AGUIAR; GUIMARÃES, 2021), (FABIAN, 2013), (STRYKER; AIZURA, 2013).

⁹ (ALMEIDA, 2019).

¹⁰ *ibid.*

¹¹ *ibid.*



escolaridade. No tocante à saúde, o AHMUTHA se compromete a zelar pela proteção das coleções e/ou fundos da população corpo e gênero diversa no/do Brasil, no que diz respeito a aspectos de saúde coletiva, mental, dentre outras.

Por fim, o AHMUTHA se compromete a estabelecer suas diretrizes levando em conta os aspectos legais das normativas museológicas e arquivísticas, dos direitos humanos, da proteção de dados, dos direitos autorais, dentre outros.

2. APRESENTAÇÃO DO MUTHA

2.1 FUNDAÇÃO

O Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA), iniciativa de âmbito nacional e virtual, é um conjunto de tecnologias de produção de arquivos e uma obra de arte de autoria do pesquisador, artista e escritor Ian Habib. O MUTHA é um museu transformacional e performativo, ou seja, continuamente em transformação e pensado como ação. É o único museu do Brasil que visa (re)escrever a História e visibilizar a Arte de pessoas corpo e gênero diversas, que foram apagadas pelo passado colonial e não apresentam ainda local de reinscrição na sociedade.

O MUTHA foi idealizado em 2019 pela pesquisa *Corpos Transformacionais*, de Ian Habib, publicada como livro em 2021 pela Ed. Hucitec. Atualmente o MUTHA é produzido e gerido pelo autor, que assina a concepção dos projetos que aqui seguirão, na seção Histórico. A execução das ações é feita por equipes inter/transdisciplinares.

2.2 HISTÓRICO

O Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) foi inaugurado no Sarau MUTHA, em novembro de 2020, proposta financiada pelo Memorial Minas Vale (2020). O Sarau fundou o MUTHA como espaço cultural virtual e nacional de criação e manutenção de arquivo histórico e artístico trans, através de apresentação de ensaios literários e acadêmicos, palestras-performances, poesia, contos e



trechos selecionados de obras históricas que buscaram resgatar a memória de pessoas corpo e gênero diversas.

A segunda ação de inauguração deu-se através de uma mesa de pesquisa no evento DESMONTE III (@desmonteseminario), com a seguinte composição: Prof. Ian Habib, Dr. Lino Arruda (EUA), Uarê (morizines/SP), Dre. Elton Panamby (RJ), Luan Okun (PORTUGAL), Dr. Daniel Coleman (EUA).

Nossa terceira ação foi contratada pelo SESC SP ETA (Tecnologias e Artes), em Maio de 2021, uma conferência sobre a importância do MUTHA. A quarta ação do MUTHA foi contratada pelo SESC BAHIA e apresentada em Agosto de 2021, igualmente uma conferência sobre a importância social do MUTHA. A quinta ação do MUTHA foi financiada pelo Trajetórias Shirley Griô RS, e contemplou as produções de mídias sociais e design gráfico do MUTHA até agosto de 2021.

A sexta ação do museu foi o projeto financiado pela SECULT - BA, via FUNCEB (Fundação Cultural da Bahia), com recursos da Lei Aldir Blanc, e inaugurou – em 01 de Junho de 2021, mês do orgulho LGBTQ+ – seu website (www.mutha.com.br), através da abertura do Arquivo Artístico de Dados (AAD) e de um rascunho do Arquivo Histórico e da Loja Virtual. A loja visa gerar renda para toda a comunidade trans que do MUTHA participa, através de contratos de venda de produtos culturais para toda a população.

O Arquivo Artístico de Dados (AAD) é uma tecnologia de formação de arquivos que visa produzir dados para empregabilidade cultural, efetuando o mais amplo e contínuo mapeamento de pessoas artistas corpo e gênero diversas brasileiras e/ou produções artísticas corpo e gênero diversas executadas em território nacional e/ou por pessoas brasileiras, em diversas linguagens criativas, sendo elas: artes plásticas, audiovisual, dança, performance, fotografia, artes cênicas, artes circenses, artesanato, literatura, moda, música, beleza e áreas tecnológicas como iluminação, cenografia, sonografia, etc. O banco de dados do Arquivo Artístico de Dados funciona por meio de um mecanismo de busca por região, campo do conhecimento e outras variáveis, e por meio de anúncios de oportunidades na indústria cultural.

Como incentivo à inscrição de artistas no AAD, o MUTHA criou a Galeria Virtual, para exposições virtuais, provisórias e permanentes de artistas transgêneros de todo o país, e selecionou artistas do banco AAD para nela exporem, compondo nossa *Primeira Exposição*:



Transespécie/Transjardinagem. A exposição visibiliza trabalhos artísticos de mais de 69 pessoas trans. São 48 pessoas corpo e gênero diversas convidadas de todo o país. Em adição, o projeto curatorial contemplou 15 artistas no processo de seleção do AAD. Finalizando, mais 6 artistas compõem uma seção denominada Conexões Globais, destinada a pessoas de outros países vivendo no Brasil e pessoas do Brasil vivendo em outros países.

Essa é a maior exposição de artes trans feita no Brasil até hoje: ela engloba todas as 5 regiões brasileiras e também conexões com mais 7 países em 4 continentes (França, Portugal, Espanha, Estados Unidos, São Tomé e Príncipe, Venezuela, Argentina); abarca zonas litorâneas, urbanas e rurais; valoriza a produção de vivências negras, amazônicas, indígenas, imigrantes, emigrantes, com deficiência e em diversas faixas etárias e classes sociais; leva em consideração todos os aspectos de precarização que permeiam os modos de criação dessas existências; abrange todas as identidades de gênero não-cisgêneras; alcança todas as linguagens artísticas: artes cênicas, dança, audiovisual, artes visuais, beleza, moda, literatura, artesanato, *body art*, dentre outras. Já o AAD teve quase 300 inscrições e ainda está sendo construído. Por fim, o trabalho foi registrado em um EBOOK de quase 200 páginas, que foi publicado pela Editora O Sexo da Palavra, e se encontra no website, com acesso liberado e gratuito para download.

A sétima ação do museu foi o projeto *Arquivo Vivo para o Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte*, financiado pelo Palma da Mão SECULT - BA, via FUNCEB (Fundação Cultural da Bahia), com recursos remanescentes da Lei Aldir Blanc. Foram coletadas memórias de 8 mulheres trans e travestis da/na Bahia, e produzidos materiais multimídia - entrevistas audiovisuais, transcrição de entrevistas e fotografias - para comporem uma exposição e posteriormente integrarem o Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte (AHMUTHA).

A oitava ação do museu foi o projeto Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte, concebido por Ian Habib em 2021, financiado pelo PROAC 2021 e produzido pela empresa Purpurina Produções (SP).

A nona ação do museu foi o prêmio Mulheres em Movimento 2021 do Fundo Elas, que financiou a abertura da Associação do Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte



(AAHMUTHA). A AAHMUTHA será, a partir do momento de sua constituição, a associação responsável pela gestão do Arquivo Histórico do MUTHA.

2.3 OBJETIVOS

O MUTHA, como obra de arte, objetiva fissurar os limites entre museu e obra de arte, tratando o museu em seu caráter performativo e transformacional, e investigando transformações corporais e alterações em estados da matéria, de forma a produzir novos corpos e mundos (HABIB, 2021). Como museu, o MUTHA é composto por inúmeros acervos, como obras artísticas e conjuntos de tecnologias de formação de arquivos, o MUTHA objetiva (HABIB, 2021):

- Criar incentivos, ferramentas e alternativas à produção de dados sobre violências cotidianas à vivências transgêneras no Brasil, pretendendo sugerir caminhos artísticos, educativos, políticos e sociais alternativos;
- Investir em (re)escritas históricas de processos que foram apagados desde o período colonial, suprimidos pela ditadura brasileira em outras configurações e perduram como tentativas de extermínio até os tempos atuais;
- Produzir e presentificar memórias, coletando: experiências corpo e gênero diversas e/ou vivências de comunidades e grupos onde pessoas corpo e gênero diversas vivem/viveram ou estão/estiveram, como memórias sobre artistas, ativistas e outras pessoas membras de seu grupo social, vivas, falecidas ou assassinadas; aspectos da história dos movimentos político-sociais, ações coletivas e modos de vida comunitários corpo e gênero diversos; debates em perspectivas anti-coloniais, étnico-raciais e transfeministas.
- Produzir eventos e suportes para debates sobre diversidade de gênero e suas interseccionalidades, como processos étnico-raciais, deficiência, classe, sexualidade, e outros;
- Disputar omissões, invisibilidades e destruições de arquivo;



- Investir na criação de um arquivo brasileiro sobre História e Arte transgênera;
- Valorizar memórias e produções artísticas dessas existências, que não são ainda reconhecidas e visibilizados em espaços de produção cultural;
- Discutir transontocosmoepistemologias nas artes;
- Fomentar novos modos de vida em paisagens em ruína;
- Celebrar a imaginação;
- Destruir, por vezes, o que for preciso;
- Criar paisagens radicais para outros futuros.

3. APRESENTAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO

O Arquivo Histórico (AHMUTHA) comporá o conjunto de acervos arquivísticos museais do MUTHA, junto ao acervo artístico, ao Arquivo Artístico de Dados (AAD), ao site e às suas tecnologias de produção de dados. O AHMUTHA foi inicialmente concebido por Ian Habib em 2021, durante a sexta, a sétima, a oitava e a nona ações do museu. A sexta concebeu o espaço, a sétima produziu materiais que serão a ele incorporados, a oitava o criou e a nona constituirá, em 2022, uma associação para efetuar sua gestão. O AHMUTHA é um acervo de tipologia arquivística e museal, formulado com interesses e metodologias híbridas, composto por itens musealizados e conjuntos de tecnologias de formação de arquivos museais e de produção de dados, funcionando como um espaço comunitário e autônomo, onde é gerido parte do patrimônio simbólico, social, político e cultural tangível e intangível da população corpo e gênero diversa do/no Brasil.

A partir de 2022, Habib decidiu coletivizar o Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte (AHMUTHA). Para tal, foi apoiado pelo prêmio Mulheres em Movimento 2021 do Fundo Elas, que financiou a abertura da Associação do Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte (AAHMUTHA), uma instituição sem fins lucrativos. A AAHMUTHA será, a partir do momento de sua constituição, ainda em 2022, a instituição responsável pela gestão do Arquivo Histórico do MUTHA, e estará submetida à gestão de acervos arquivísticos e museais do MUTHA, por meio de seu programa de acervos, de seu plano museológico e da sua política de acervos.



3.1 JUSTIFICATIVA

Um acervo arquivístico histórico pressupõe uma edificação em torno da memória, mas diferente aqui, pois não gira em torno da normatividade e dos marcadores sociais padrões: a heterossexualidade, a cisgeneridade e a colonialidade branca do norte global. Entender esses marcadores universais como armas de conquista é entender também que as vidas passíveis de serem arquivadas e musealizadas são reguladas por hegemonias biopolíticas. Essas vidas em que o arquivo e itens musealizados instauram um status de verdade passam por um pensamento colonialista.

Como pensar um acervo arquivístico de memórias de pessoas corpo e gênero diversas? Por que salvar, criar e produzir dados sobre nossa população, de nós para nós? Quantas histórias, subjetividades, corporeidades, lugares de nós estão ou estiveram em dispersão pelo Brasil ciscolonial? Nas lacunas do tempo abre-se a possibilidade de produzirmos e recuperarmos as memórias soterradas pelo apagamento institucional-social e memorial brasileiro e colonial-global.

Enquanto um espaço institucional e estatal, o arquivo e os patrimônios culturais são originados pela força do Estado para reforçar modos de viver que compactuam com a construção de uma normatividade social e cultural, por meio da qual a biopolítica colonial determina o que merece viver, ser lembrado, ser espalhado, ser referenciado. Por sua vez, a construção de acervos, enquanto um lugar e ferramenta de poder, de status e de mediações, delibera quais vidas e memórias serão preservadas e dignas de contar uma história.

Os arquivos institucionais museais que abrigam vestígios de nossas existências corroboram, em seu núcleo, com a espoliação da história da autoria do arquivo ou acervo. O silenciamento proposital, com objetivo de apagamento, revela-se também através do abandono e perda de tais vestígios, compondo parte da dívida histórica das instituições com a população corpo e gênero diversa brasileira.

O Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte nasce da urgência em pessoas corpo e gêneros diversas em falarem por si, para si e em diálogo direto com sua comunidade dissidente plural. Este acervo arquivístico é um contraponto: contar nossas histórias com objetos que se movem conosco, ter documentos oficiais que guiam nossas histórias em um espaço institucional e que nós



possamos falar sobre os mecanismos regulatórios. Citando Achille Mbembe em “O poder do arquivo e seus limites”:

A própria existência do arquivo constitui uma constante ameaça para o Estado. A razão é simples. Mais do que em sua capacidade de recordar, o poder do Estado localiza-se em sua capacidade de consumir tempo, ou seja, de abolir o arquivo e anestesiar o passado. O ato que cria o estado é um ato de “cronofagia”. É um ato radical porque consumir o passado possibilita que ele se libere de todas as dívidas. A violência constitutiva do Estado repousa, no fim das contas, na possibilidade, que nunca pode ser ignorada, de recusar-se em reconhecer (ou liquidar) uma ou outra dívida. (MBEMBE, 2002, p. 5, tradução nossa)

Este Arquivo Histórico, com seus arquivos museais e bens culturais musealizados, tem sua construção edificada no oposto do cis-tema branco. Buscamos pessoas vivas para contarem suas histórias; procuramos no tempo vestígios de materialidades de vidas dissidentes, apagadas dos arquivos, dos museus, dos patrimônios, das memórias. Buscamos corpos sempre silenciados, que tiveram sua história e subjetividade negadas enquanto pessoas produtoras de sentidos, de materialidades, de universos cognitivos, dos modos de viver. A esta população foi negado também o direito a construção de narrativas museológicas em primeira pessoa, que não fossem objetificantes ou alegóricas. Investigamos a deserção do sistema sexo-gênero, a nossa deserção da biopolítica de controle dos corpos estruturalmente criados e manipulados para um pensamento biopolítico binarista e colonial.

Poder contar sua própria história, salvaguardar, comunicar e pesquisar através de seus acervos - construções basilares por meio das quais o museu promove suas ações -, e ser um espaço que possa abrigar e recriar vidas, a partir de seus próprios vestígios, é objetivo desta comunidade, que durante toda sua existência foi tida como objeto e cobaia da medicina, da universidade, do direito, da política e dos museus.

3.2 ESTRUTURA

O Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte, por ocasião de sua criação em 2021, e até o momento em que for decidida sua modificação de estrutura, é integrado pelo Programa de



Produção, Preservação e Difusão Histórica (PPPDH), pelo Programa em Educação (PED) e pelo Acervo Digital (AD).

3.2.1 Programa de Produção, Preservação e Difusão Histórica (PPPDH)

O PPPDH tem como objetivo coletar os Acervos do AHMUTHA, geridos pela AAHMUTHA e compostos de acervos museais arquivísticos, incorporados através de tecnologias de produção de dados sobre a população focal, doações de itens, dentre outras maneiras. Após a coleta, o PPPDH submeterá os itens à Comissão de Acervos do AHMUTHA e à Assessoria Jurídica do AAHMUTHA. Em caso de consonância com a missão da AHMUTHA e de aprovação pela Assessoria Jurídica, o PPPDH passará os objetos pelo processo de musealização: promoverá sua organização por meio de digitalização, registro, ficha catalográfica, disponibilização, conservação preventiva e restauro. O PPPDH tem a função de coleta de itens diversos, como: fotografias, documentos, objetos digitalizados, panfletos, clippings, newsletters, correspondências, periódicos, impressos, história oral, jornais, folhetos, objetos físicos, material sobre patrimônio imaterial, programas, anúncio, artigos, pôsters, discursos, dentre outros. Após aquisição e musealização, o PPPDH destinará os materiais às coleções que eles integrarão no Acervo Digital. Todo o material coletado pelo PPPDH, e que vir a integrar o AHMUTHA comporá também o Acervo do MUTHA. O PPPDH também cria ferramentas de difusão de cada item obtido – textos informativos, como parágrafos descritivos, ensaios e artigos científicos, vídeos, áudios, dentre outros. Para facilitar a coleta, é exposta uma ficha de doação pública em nosso website, que poderá ser preenchida por cada pessoa doadora de maneira autônoma. A princípio, o AHMUTHA **recebe apenas registros digitalizados**, não contando, por ora, com política de aquisição de objetos físicos.

3.2.2 Programa em Educação (PED)

O PE tem como foco o desenvolvimento de programas educacionais em História e Arte, e foi criado para promover às pessoas trans capacitação profissional no mercado das Artes e Humanidades e incentivar o empreendedorismo na indústria cultural, além de tornar as produções corpo e gênero

diversas mais acessíveis para todas as pessoas que desejam aprender mais sobre elas, fortalecendo seu reconhecimento social. Além disso, o PE organiza as atividades de Divulgação Científica do AHMUTHA - como visitas guiadas ao museu (MUTHA), onde se encontra o AHMUTHA - e programas de ensino sobre Artes e História, com foco em diversidades de corpos e gêneros. O PE oferece suporte para pessoas pesquisadoras, instituições públicas e privadas, estudantes e para o público em geral. No site há espaço para veicular o conteúdo programático dos cursos e disponibilizar ficha de inscrição.

3.2.3 Acervo Digital (AD)

O AD é o Acervo Digital que engloba todo o material musealizado e tratado pelo PPPDH e é composto por 4 acervos – *Acervos de Pesquisa*, *Acervos Transcestrais*, *Arquivo Vivo* e *Acervos MUTHANTES*. *Acervos de Pesquisa*, dedicados a cada pessoa pesquisadora convidada pelo AHMUTHA ou pelo MUTHA, em ordem alfabética – cada pessoa pesquisadora terá uma coleção e/ou fundo com seu nome composto pelos materiais que coletar. *Acervos Transcestrais* são dedicados a importantes personalidades, pessoas trans falecidas ou assassinadas, com suas biografias de vida, também em ordem alfabética. *Arquivo Vivo* é uma tecnologia de manipulação de dados com curadoria compartilhada, criada para que pessoas trans vivas possam se autoarquivar e automusealizar, enviando seus próprios materiais. A própria pessoa doadora torna-se, assim, uma curadora, musealizando e enviando o seu objeto através de uma tecnologia online disponibilizada no site do Museu. *Acervos MUTHANTES*, com outras produções experimentais do próprio museu, que incluem intangíveis (performances, manifestações populares, outras) e obras de arte. Esses 4 acervos podem ser acessados pelo repositório digital *Tainacan*, um plugin de código aberto para WordPress que ficará dentro do website do MUTHA. A escolha do *Tainacan* é justificada pelo seu mecanismo de busca comum, em que diversos metadados sobre o objeto musealizado como data, região, idade, raça-etnia, campo do conhecimento, dentre outras, podem ser encontrados.



Figura 1: Projeto em Tecnologia da Informação para AHMUTHA. Fonte: HABIB, 2021.

3.3 MUSEOLOGIA TRANS NO AHMUTHA

O AHMUTHA apesar de ter em seu nome a palavra “arquivo”, tratará todo o seu acervo de maneira híbrida. Isso significa que todos os itens do seu acervo serão musealizados e posteriormente arquivados. Dessa forma, é imprescindível que o AHMUTHA pense em Museologia Trans, não apenas como uma categoria conceitual, mas também como uma proposta metodológica de aplicação da Museologia como ferramenta de redistribuição cultural, política e financeira para minorias sociais em posição de injustiça epistêmica¹² – nomeadamente pessoas trans, corpo-diversas, pretas, indígenas, periféricas, imigrantes, com deficiência, empobrecidas, entre outros marcadores sociais.

Aqui, injustiça epistêmica se refere a um processo persistente e abrangente de marginalização hermenêutica, ou seja, de precarização das ferramentas que permitiriam produzir sentidos e interpretar de maneira mais justa partes importantes da existência, história e memória de grupos sociais subalternizados¹³.

¹² (FRICKER, 2006).

¹³ *ibid.*



Na condição de proposta metodológica, a Museologia Trans toma como base as contribuições da Museologia LGBT¹⁴, adaptando seus sete elementos básicos:

- 1) Deve ser produzida por pessoas trans, corpo-diversas e gênero-dissidentes com conhecimentos específicos de nossas comunidades, comprometidas com história e políticas de memória, e alinhadas com o coletivo "nós". Entendemos também que este "nós" deve ser protagonizado por pessoas pretas, indígenas, periféricas e empobrecidas, dentro de um compromisso ético e político com a luta antirracista e anticapitalista;
- 2) Opõe-se à expropriação de nosso acervo por pessoas que não pertencem às nossas comunidades, sobretudo quando forem pesquisadores acadêmicos brancos e cisgêneros, representantes de igrejas, milícias e demais organizações exóticas ao nosso coletivo. Em resumo, este acervo é primariamente voltado para o acesso, uso e investigação de pessoas diretamente pertencentes às nossas comunidades;
- 3) Está atrelada a um processo mais abrangente de redistribuição de recursos culturais, políticos e financeiros para as minorias sociais¹⁵ que idealizam, constroem e gerenciam estes acervos. Entendemos que a produção de saberes sobre nossas comunidades deve gerar retornos construtivos e materialmente aferíveis para estes coletivos. Isso porque nos posicionamos explicitamente contra a relação extrativista e utilitária de produção de saberes que tem se constituído historicamente a partir da branquitude cisnormativa colonial;
- 4) Deve ser uma Museologia popular, de acordo com a realidade cotidiana de nossas comunidades. Consequentemente, valoriza a interdisciplinaridade, a multiplicidade de cosmovisões e a diversidade de linguagens na sua construção e gestão arquivística;
- 5) É necessariamente uma Museologia interseccional, antirracista e comprometida com os recortes de raça, gênero e classe, entre outros marcadores da diferença. Nesse sentido, atua em conjunto

¹⁴ (BAPTISTA; BOITA, 2014, 2017, 2018), (BAPTISTA; BOITA; MORAES WICHES, 2020).

¹⁵ Vale lembrar, aqui, que minorias sociais não são necessariamente minorias numéricas. Consideramos, neste texto, que minorias sociais são grupos em situação de precariedade social, afetados por violências estruturais. A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 2019), por exemplo, demonstra que 56,2% das pessoas do Brasil se declaram como pretas e pardas, configurando assim a maioria numérica da população brasileira. No entanto, neste texto, pessoas pretas e pardas são consideradas minorias sociais, por terem suas vidas diretamente precarizadas pelo racismo estrutural e pelo etnocídio.



com outras instituições e coletivos em prol da emancipação e democratização do campo dos museus, patrimônios e memórias, bem como na garantia de direitos civis para populações subalternizadas;

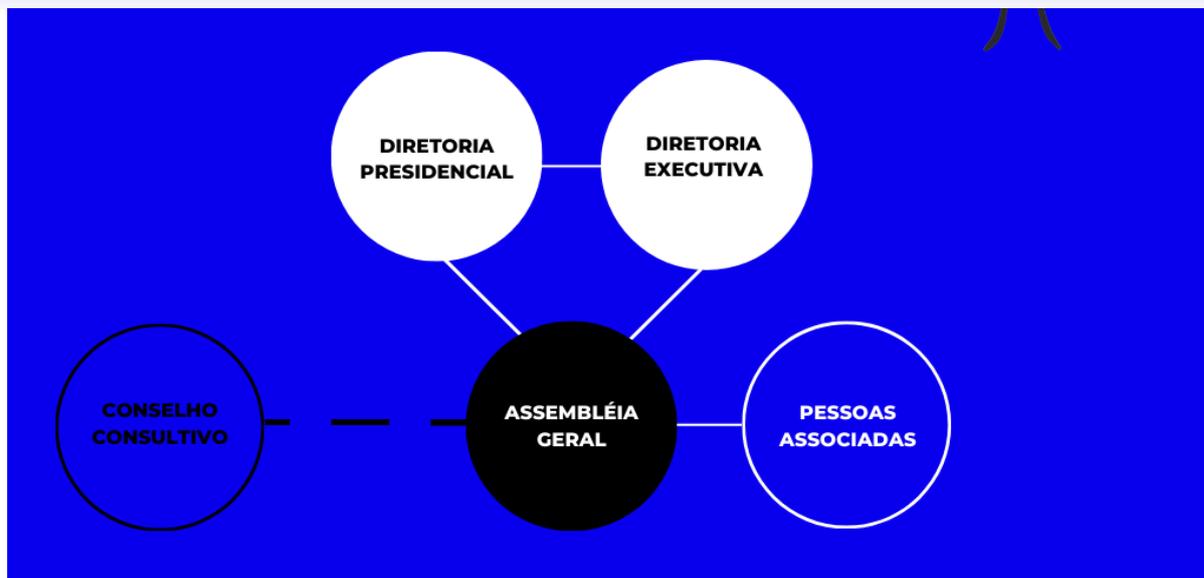
- 6) Não compactua com uma Museologia racista, colonial, elitista, protagonizada estritamente por pessoas brancas, cisgêneras e heterossexuais, alinhadas aos modelos civilizatórios euro-estadunidenses. Tem como aliadas, assim, as iniciativas museológicas construídas coletivamente, a partir de um saber popular e multicultural, de diversos âmbitos e linguagens;
- 7) Valoriza a pluralidade de performances, vocabulários, formas de expressão, formas de identificação pessoal e coletiva, corporalidades dissidentes e abordagens transformacionais, negando toda e qualquer definição estanque e limitadora de nossas experiências e modos de vida.

3.4 NATUREZA ADMINISTRATIVA

O Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte (AHMUTHA) foi administrado, produzido e gerido por Ian Habib até 2022. A partir de outubro de 2022, a Associação do Arquivo Histórico do Museu Transgênero de História e Arte (AAHMUTHA) será responsável pela gestão do AHMUTHA no que compete à produção, preservação, pesquisa e difusão dos mesmos através da Diretoria Presidencial, Diretoria Executiva e Assembléia Geral. Cabe à AAHMUTHA, através da composição de seu organograma institucional, a responsabilidade do gerenciamento do acervo do AHMUTHA no que tange à produção de regulações e procedimentos técnicos para difusão, pesquisa e salvaguarda dos seus bens.

3.5 ORGANOGRAMA DA AAHMUTHA





4. DIRETRIZES PARA AQUISIÇÃO E DESCARTE

As diretrizes para aquisição e descarte do AHMUTHA guiarão provisoriamente os processos de recebimento de itens, que serão musealizados e passarão a integrar o acervo arquivístico museal, até que o MUTHA tenha seu primeiro Plano Museológico, seus Programas e sua Política de Acervos.

4.1 DIRETRIZES PARA AQUISIÇÃO

- A incorporação de itens ao AHMUTHA seguirá alinhamento com os princípios interseccionais, antirracistas e anticisheteronormativos da AAHMUTHA;
- O AHMUTHA atualmente não recebe ou se responsabiliza pela salvaguarda ou manutenção de objetos físicos, apenas digitalizados;
- Itens doados diretamente através da ferramenta de doação disponível no site <www.mutha.com.br> deverão ser acompanhados de descrição/memorial descritivo, o mais detalhado possível, a ser preenchido pela pessoa doadora.
- Pessoas doadoras deverão comprovar serem as detentoras dos direitos autorais dos itens doados, serem capazes de assegurar a possibilidade de exposição pública dos itens, ou indicar de que formas tais itens estejam disponíveis em domínio público e/ou passíveis de citação/reprodução parcial ou na íntegra;



- Na impossibilidade de reprodução de material, presente em outros arquivos ou acervos, que registre, retrate e/ou de outra forma represente pessoas gênero diversas do/no Brasil, o AHMUTHA pode incorporar ao seu AD uma descrição catalográfica da peça e um hiperlink para o material na base de sua fonte detentora e/ou responsável por sua salvaguarda e manutenção.
- Os itens musealizados pelo AHMUTHA seguirão as linhas de acervo arquivísticas museais do AHMUTHA (*Acervos de Pesquisa, Acervos Transcestrais, Arquivo Vivo e Acervos MUTHANTES*).

4.2 PROCESSOS DE AQUISIÇÃO

As formas de aquisição de materiais pela AAHMUTHA são:

Doação é o processo pelo qual uma pessoa, física ou jurídica, cede uma digitalização de um item (ou, temporariamente, empresta o material físico para ser digitalizado) para a manutenção, salvaguarda e/ou disponibilização pública do AHMUTHA. Tal instrumento é formalizado através da assinatura do **Termo de Doação e do Termo de Cessão de Direitos** por parte da pessoa doadora.

Compreendem-se também como **doações** os materiais produzidos pelas pessoas pesquisadoras, integrantes do AAHMUTHA, em seus *Acervos de Pesquisa*, assim como os registros cedidos para quaisquer uns dos acervos do AHMUTHA.

Compra é o processo pelo qual a AAHMUTHA, mediante planejamento da Comissão de Acervo através de recursos específicos para tal, remunera a pessoa detentora de um item para que este passe a incorporar os Acervos do AHMUTHA. Tal instrumento é formalizado através da assinatura de um **Termo de Cessão de Direitos** por parte da pessoa física ou jurídica detentora do item, e do **Recibo** correspondente ao valor pago por ele.

(Co)elaboração remunerada é o processo de (co)criação de material com vistas à incorporação ao AHMUTHA, mediante planejamento da Comissão de Acervo através de recursos específicos para



tal. Um exemplo é a disponibilização de cachê para remunerar a participação de uma pessoa corpo ou gênero diversa em entrevista de história oral ou história de vida. Tal instrumento é formalizado através da assinatura de um **Termo de Cessão de Direitos** por parte da pessoa que participou da (co)elaboração, e do **Recibo** correspondente ao valor pago pela disponibilização de seu tempo e afetos mobilizados para a elaboração da respectiva produção.

4.3 PROCESSOS DE DESCARTE

O **descarte** de materiais incorporados ao AHMUTHA somente poderá ocorrer através de deliberação coletiva da Comissão de Acervo da AAHMUTHA, observando a legislação brasileira pertinente a instituições museológicas e arquivísticas.

A qualquer momento, a Comissão de Acervo poderá deliberar, coletivamente, pela **eliminação/destruição/transferência** de itens digitais pertencentes ao AHMUTHA que vierem a ser considerados **inservíveis** (cuja qualidade inviabilize a consulta), **danosos** (que prejudiquem a imagem pública de pessoa ou coletividade), em sua parte ou no todo, ou que deixem de ter consonância com as **missões** do AHMUTHA.

4.4 POLÍTICAS DE RESTRIÇÃO DE ACESSO

Em consonância com os princípios interseccionais de segurança e autopreservação das pessoas corpo e gênero diversas, o acesso e consulta a determinados itens incorporados ao AHMUTHA pode ser limitado, parcialmente ou no todo, apenas a pessoas pertencentes às comunidades e coletividades com que o item se relaciona. Além de medida de proteção contra a apropriação extrativista das memórias constantes do AHMUTHA pela cisgeneridade e pela branquitude, esta decisão se justifica pelo risco real de perseguição, no cenário conservador em que vivemos, contra os sujeitos e comunidades cujas vidas, afetos, práticas e memórias estão registrados no acervo.



Tais restrições podem ser deliberadas pela Comissão de Acervo e/ou por pelas pessoas pesquisadoras responsáveis pela aquisição do item, ou estipuladas pela pessoa doadora ou cessionária (no momento da doação/cessão ou posteriormente).

Itens com limitação de acesso podem incluir:

- Restrições estabelecidas por legislações vigentes, como as do ECA e relativas à Classificação Indicativa, no que diz respeito à violência, sexo e ilícitos como drogas;
- Restrições de identificação e pertencimento a minorias étnico-raciais;
- Qualquer manifestação homo/les/bi/transfóbica, capacitista ou racista, ainda que autodirigida/internalizada pela pessoa produtora do item;
- Descrição, narração e/ou representação gráfica de violência de qualquer tipo, seja ela exercida por terceiros ou autoinfligida;
- Itens e/ou tópicos que possam ameaçar a privacidade e/ou segurança de pessoas terceiras que possam querer permanecer anônimas ou que possam indicar locais exatos onde pessoas se encontram;
- Restrições de nomes civis e nomes civis antes da retificação, com utilização de nomes sociais sempre que solicitados e/ou fornecidos;
- Itens e/ou tópicos que possam abrir brechas para perseguição de pessoas e/ou coletividades retratadas ou descritas, no debate público e/ou em esferas civis e/ou criminais;
- Outros itens e/ou tópicos que possam vir a ser considerados sensíveis, ou de alguma ou qualquer forma problemáticos, a partir de deliberação da Comissão de Acervo ou qualquer de seus integrantes, ou a partir de indicação externa, comunitária ou judicial, a ser deliberada.

A Comissão de Acervo também pode decidir pela disponibilização pública de determinados itens com a supressão parcial de passagens específicas que se enquadrem nos exemplos listados acima. Tal supressão será indicada graficamente e/ou de maneira sonora, a depender do suporte do arquivo digital, de maneira a explicitar a intervenção consciente da Comissão de Acervo sobre o item. A consulta ao item na íntegra será, quando possível e permitido legalmente, disponibilizada a partir de níveis de acesso restrito, mediante identificação da pessoa pesquisadora, comprovação de seu pertencimento à coletividade ou comunidade que avaliza seu acesso, dentre outras.

4.5 COMISSÃO DO ACERVO



A AAHMUTHA estabelecerá uma Comissão de Acervos anual, que se reunirá periodicamente, conforme demandas previamente estipuladas, para acompanhamento coletivo dos processos de aquisição, digitalização, processamento e incorporação ao AHMUTHA dos itens adquiridos ou em tratativas de aquisição. A Comissão de Acervo do AHMUTHA será nomeada e gerenciada pela AAHMUTHA e será composta majoritariamente por pessoas trans e corpo e/ou gênero diversas, considerando toda a sua diversidade - pessoas pretas, indígenas e com deficiência -, como forma de manter o compromisso de que as Diretrizes do AHMUTHA, bem como seus acervos, mantenham-se alinhados com os princípios do MUTHA. A Comissão de Acervo pode ser modificada de um em um ano, a critério da AAHMUTHA ou mediante solicitação das pessoas que a integrem. Pessoas cisgêneras, a convite da AAHMUTHA ou cuja solicitação de associação tiver sido aprovada pela AAHMUTHA, podem participar da Comissão de Acervo em caráter consultivo, mas não deliberativo.

Cabe à Comissão de Acervo:

- Estabelecer, avaliar e deliberar os termos das Diretrizes para Aquisição e Descarte do AHMUTHA, bem como dos Termos de Doação e outros documentos correspondentes, junto da AAHMUTHA;
- Estabelecer, avaliar e deliberar o planejamento financeiro para Compras e (Co)Elaboração Remunerada, bem como os Termos de Cessão correspondentes, junto da AAHMUTHA;
- Estabelecer, avaliar e deliberar os termos da Política de Restrição de Acesso ao AHMUTHA, junto da AAHMUTHA;
- Analisar e deliberar a incorporação de itens ao acervo do AHMUTHA, observando sua adequação e alinhamento aos objetivos e princípios do MUTHA;
- Analisar e deliberar o estabelecimento de intervenções e restrições de acesso a determinados itens, parcialmente ou no todo, conforme delineado na Política de Restrição de Acesso, junto da AAHMUTHA;
- Analisar e deliberar possíveis cessões, doações, transferências ou empréstimos de itens do AHMUTHA a outras instituições, junto da AAHMUTHA;
- Analisar e deliberar o descarte de itens incorporados ao AHMUTHA, junto da AAHMUTHA;
- Revisar este documento, até que o Plano Museológico e a Política de Acervos do MUTHA sejam constituídos, junto da AAHMUTHA.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony; MORAES WICHES, Camila. O que é Museologia LGBT?. **Revista Memórias LGBT + Feminismo**, [s. l.], ano 7, ed. 12, p. 4 - 9, 2o Semestre 2020.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. **Museologia e Comunidades LGBT**: mapeamento de ações de superação de fobias à diversidade em museus e iniciativas comunitárias do globo. *Cadernos de SocioMuseologia*, v.54, n.10, 2017.
- _____. **Por uma primavera LGBT nos Museus**: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo país. *Museologia e Interdisciplinaridade*. v.7, n.13, 2018.
- _____. **Protagonismo LGBT e Museologia Social**. In: BITTENCOURT, Renata. Modos de negra, modos de branca: a imagem da mulher negra na pintura do século XIX. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras)** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrílica e crítica**: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* (Vol. 8 no. 1 ene-jun 2010).
- CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia M. P. **Branquitude**: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil. Editora Appris, 2018.
- FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013. p.71-84.
- FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In: V. Ware (Org.), **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo**. V. Ribeiro, Trad., pp. 307-338. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FRICKER, Miranda. **Powerlessness and Social Interpretation**. *Episteme: A Journal of Social Epistemology*, v. 3, n. 1-2, p. 96 – 108, 2006.



HABIB, Ian Guimarães. **Corpos Transformacionais: A transformação corporal nas artes da cena.** São Paulo: Ed. Hucitec, 2021.

HALBERSTAM, Jack. Masculinidades femininas globais. In: AREND, Silvia Maria Fávero; PEDRO, Joana Maria; RIAL, Carmen Sílvia de Moraes (Orgs.). **Fronteiras de gênero.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p.227 - 228.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: _____.
Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.
 _____. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos.** Brasília: Autor, 2012.
 p.7, 8.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

MBEMBE, Achille. **O poder do arquivo e seus limites.** Tradução: CAMILA MATOS, 2019. In:
<https://memoriayficcao.files.wordpress.com/2019/08/mbembe-achille.-o-poderdo-arquivo-e-seus-limites-1.pdf>

mombaça, jota. **rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência.** São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017.

AGUIAR, J. N. M., GUIMARÃES, V. Habitando as margens: Patologização das identidades trans e a colonialidade do poder no Brasil. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, 7(3), 200–228. 2021. Recuperado de: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/46899>.

RADI, Blas. On trans epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. **TSQ: Transgender Studies Quarterly**. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista.** 122f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (eds.). **Transgender Studies Reader 2.** New York: Routledge, 2013.

